



Universidade Federal do Pará
Campus Universitário de Marabá
Colegiado de Ciências Sociais

Rosemayre Lima Bezerra

MULHERES POSSEIRAS: UMA HISTÓRIA DE LUTA SILENCIADA

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Sociais, Campus Universitário de Marabá, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Prof.^a M. Sc. Ailce Margarida Negreiros Alves

Marabá – PA
2008



Universidade Federal do Pará
Campus Universitário de Marabá
Colegiado de Ciências Sociais

Rosemayre Lima Bezerra

MULHERES POSSEIRAS: UMA HISTÓRIA DE LUTA SILENCIADA

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Sociais, Campus Universitário de Marabá, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Prof.^a M. Sc. Ailce Margarida Negreiros Alves

Banca Examinadora:

Prof.^a M. Sc. Joseline Simone Barreto Trindade – UFPA

Geuza Cunha Morgado – Comissão Pastoral da Terra/CPT

Prof.^a M. Sc. Ailce Margarida Negreiros (LASAT/UFPA)

Conceito.....data.....

Marabá – PA
2008

*Dedico este trabalho com o coração cheio de saudade e lágrimas nos olhos
“ in memorian ” de Rock Hudson de Souza Lima, irmão e companheiro
de uma vida, e dos momentos mais difíceis que passei em Marabá,
quando da minha chegada. Meu Irmão foi assassinado
banalmente em 02 de Julho de 2004, mais uma
vitima da violência urbana e um número
a mais nas estatísticas frias da
insanidade humana.*

Agradecimentos

*Luto contra o capital porque luto em favor dos trabalhadores
Luto contra o patriarcado porque luto pela emancipação das mulheres*

Flora Tristan – Feminista

Ao concluir esse trabalho e conseqüentemente, avançar para um novo estágio de minha vida acadêmica, principalmente como uma militante social que sou, sinto-me com o sentimento de dever cumprido, não apenas por encontrar-me correspondendo a uma exigência acadêmica e intelectual, mas, destacadamente, de concluir com um tema que muito envolve de minha história de vida, (enquanto mulher e militante).

Contudo, convém enfatizar que para que isso pudesse se concretizar, tive a felicidade de contar com valiosas contribuições e colaborações no decorrer de toda essa trajetória, através de manifestações de apoio, amizade, solidariedade e companheirismo, a essas muitas pessoas, que ao longo desse percurso reconheço a importância exercida na construção do meu jeito de ser, “Rose”...

Início meus agradecimentos destacando a força e persistência de meus pais: Manoel de Jesus e Leolete, camponeses maranhenses que migraram para Itaituba/PA na década de 80, na busca do “eldorado” e lá se casaram, trabalharam nos garimpos e assim possibilitaram que eu viesse ao mundo e pudesse “caçar conversa”.

A minha mãe dedico um agradecimento especial, por tratar-se de minha referencia de vida, quem devo as primeiras lições feministas, distante dos conceitos teóricos possibilitados pela academia, mas que, através de seu um jeito simples, suas práticas e orientações, me possibilitaram conhecimentos fundamentais para minhas análises e reflexões sobre Gênero. Mulher que criou e educou, com muita dificuldade, 06 filhos, com o peso de uma separação, mas, sempre com muita dignidade e respeito, tendo sempre como prioridade a educação dos filhos, a ela, os meus mais sinceros, profundos e emocionados agradecimentos.

Agradeço meus irmãos (Zica, Railsom, Raika e Rock já falecido) e família do Maranhão (Carlito e meu avô Leonilio) pelo apoio e compreensão nos momentos de dificuldades.

Nos caminhos percorridos até chegar à universidade, vivenciei a experiência da militância a partir de meus 14 anos de idade, iniciando no movimento estudantil, perpassando para o movimento de bairro, aventurando na rádio comunitária, contribuindo com pastorais sociais, e nesse percurso obtive a felicidade de poder construir muitas amizades, amores e desafetos; conheci pessoas como Pe. João de Maccter, um irlandês brasileiro quem muito contribuiu para minha formação e para que eu obtivesse êxito no vestibular, João Neto, Suelem, Natália, Elias, Francisca, Maria Pontes, Siderley, Cleitom, Cristina, Salomão e Ney, amigos/as e companheiros/as importantíssimos para o meu fortalecimento na coragem para enfrentar os desafios.

Ao desembarcar em Marabá, terra de gente “chegante”, trilhei um caminho extremamente pedagógico, na universidade e nos movimentos sociais onde atuo (MST, Consulta Popular e Fórum de Mulheres), fiz muitos amigos/as e companheiros/as e se concluo esse curso reconheço a fundamental participação, solidariedade e apoio de pessoas como Elias, Ionete, Elizângela, D.

Antonia, maranhense de um coração do tamanho do mundo, que me acolheu quando precisei Joana, Staile.

Destaco os meus companheiros/as do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, os vários debates, lutas e conquistas promovidas por intermédio de nossas intervenções que muito auxiliaram para que o Curso de Ciências Sociais não acabasse extinto, em especial, a Íris, Thiago e Kecieni, com quem compartilho sonhos e utopias. Ao amigo Eric regueiro, a quem nenhum agradecimento expressará minha gratidão, amizade e admiração, uma das pessoas mais humanas, éticas e solidárias que conheço.

Nessa fase de conclusão de TCC, agradeço a minha orientadora Ailce Margarida Negreiro Alves, a quem tenho profunda admiração pela paciência, dedicação empenhada a esse trabalho, abdicando em muitos momentos do merecido lazer e da família em função deste, bem como, por seu compromisso e atuação histórica junto aos movimentos de mulheres, no qual conjuntamente com Raimundinho, tornaram-se duas referências importantes na perspectiva de se ter uma sociologia militante na região.

Não poderia esquecer-me da Prof^a. Joseline Trindade e Rogério Almeida, pelas contribuições e apoio dedicado a construção dessa monografia. Convém mencionar ainda, a valorosa contribuição do Prof^o. Mario José Henchen, que através da coordenação do PROINT, possibilitou-me elementos fundamentais para minha iniciação acadêmica, destaco também, os demais bolsistas de iniciação científica (Nete, Arão, Edivan, Carla) aliados importantes neste desenvolvimento.

Na pessoa de Jailton Carneiro um dos primeiros amigos que fiz em Marabá extendo meus agradecimento a todos/as professoras/es e demais colegas de turma.

E por fim, e não menos importante, meus agradecimentos e homenagem singela, a Toinha, Morena, Maria e Dulcimar por terem se disposto a nos contar suas memórias de luta e vida tão ricas que foram tão valiosas na construção desse trabalho.

E a luta continua...

Somos milhões de companheiros e companheiras, buscando a libertação da terra de homens e mulheres, em um país onde a terra vale ouro, e os seres humanos algumas gramas de chumbos moldados em balas que fazem sangrar o destino de nosso povo sofredor.

Na arte de resistir as tentativas da destruição dos nossos sonhos trincheira da criatividade, se revela a rebeldia dos nossos poetas e dos cantadores, filhos da terra e da esperança, no palco imaginário para onde marcha às colunas dos grandes guerreiros e lutadores Sem Terra .

A terra no seu suspiro nos abençoa e agradece através de nuvens de poeira, provocada pelos rígidos pés descalços que seguem determinados, construindo essa grande irmandade de companheiros/as em busca da dignidade perdida.

Seguimos cantando, na poesia do cantador se mistura o desejo da terra e dos homens e mulheres, na grande sinfonia de esperança que aponta no horizonte, e o longe fica perto quando se caminha adiante. as cordas movem paixões, os sentimentos, as pulsações de um sonho de vencer os corações

Cantar, pois, é mais que um prazer, quando as vozes brotas de forças em movimento, e ao som suave de belas melodias elevam foice e facões, rompendo as cercas, retirando mourões, para ver nascer o novo dia

Assim a terra se converte em causa; a liberdade se converte em sonho, o grito forte se converte em guerra, e o povo todo segue um só caminho na trilha estreita plantando o futuro

Que a noite escura da dor e da morte passe ligeira, que o som dos nossos hinos anime nossas consciências, e que a luta redima nossa pobreza, que o amanhecer nos encontre sorridente festejando a nossa liberdade.

Ademar Bogo

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLA	08
LISTA DE TABELAS, FOTOS E MAPAS	09
RESUMO	10
INTRODUÇÃO	11
1-O <i>Lócus</i> da Pesquisa.....	12
2-Estratégia Metodológica.....	13
3-As mulheres: quem são elas?.....	14
CAPITULO I – REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E MEMÓRIA NO ESTUDO DO CAMPEPINATO REGIONAL	17
1.1-A construção do conceito de gênero.....	17
1.2-Por que utilizar a memória?.....	20
CAPITULO II - A FORMAÇÃO DO CAMPEPINATO REGIONAL	23
2.1-Do extrativismo do caucho as ocupações posseiras.....	23
2.1.1-Colonização e conflito no sudeste paraense.....	27
2.1.2-A Organização Sindical: Participação e memória das mulheres.....	33
CAPITULO III – CONFLITOS PELA TERRA: PARTICIPAÇÃO E INVISIBILIDADE FEMININA NO SUDESTE DO PARÁ	38
3.1 – Relações gênero na agricultura camponesa.....	38
3.2 - Da casa para o sindicato: “por que a luta não é só dos companheiros...”.....	44
3.2.1 “Lá foi assim um inverno muito difícil, então nossa roça num deu muito certo, nós fiquemos muito desaminado né, e viemos pra cá”: a migração.....	44
3.2.2 “Mais home pra onde é que nois vamo? Nois não tem mais pra onde nois ir. [...] Então você não vai morrer aqui, viu. Aqui é que nois vamo ter que viver”: Chegada na região, ocupações e conflitos.....	45
3.2.3 Violência contra as mulheres: indireta e diretamente.....	50
a) “Às vezes, o marido tinha que sair, se esconder porque o cara tava procurando ele pra matar. E a mulher tinha que ficar agüentando a barra em casa com os filhos, tomando conta de tudo”: a violência indireta.....	50
b) “A mulher tinha que agüentar toda essa barra, sabendo que ela podia até ser também assassinada, como aconteceu”: a violência direta.....	52
3.2.4 – “Eles tinham, muita força, mas a gente queria ter uma força maior e por causa disso nós nos unimos, por intermédio do sindicato, e fizemos uma revolução né,[...] pra quem tem dinheiro, pra quem só tinha força né, nós fizemos mesmo uma tomada da terra: Mulher e sindicalismo ...	56
3.2.5- “Cansei de quebra coco, pra sustentar ele no sindicato”: Trabalho, família e militância....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

LISTA DE SIGLAS

CAT	Centro Agroambiental do Tocantins
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPASP	Centro de Pesquisa Assessoria Social e Popular
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
FASE	Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional
FATA	Fundação Agroambiental do Tocantins-Araguaia
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LASAT	Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins
MEB	Movimento de Educação de Base
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Pará
PROINT	Programa Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão
SDDH	Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
UFPA	Universidade Federal do Pará

LISTAS DE TABELAS, FOTOS E MAPAS

Mapa 01 - Localização da Área de Estudo, (LASAT/Plano territorial do Sudeste do Pará. Pág. 13.

Mapa 02 – Assentamento de Reforma Agrária no Sul e Sudeste do Pará. Pág. 37

Foto 01 – 1º Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais do Pará de 1980. Pág.33

Foto 02 – Fundação da FATA. Pág. 35

Foto 03 - Mulher camponesa em atividades domésticas. Pág. 39

Foto 04 – Toinha na coordenação da Assembléia de fundação do STR de São Domingos do Araguaia em 1992. Pág. 58

Gráfico 01 – Relação do número de homens e mulheres presentes nas fundações dos STR's no Pará. Pág. 42

Tabela 01 – Conflitos de Terra no Pará – 1985. Pág. 29

Tabela 02 - Conflito de Terras, dados dos 05 Estados com maior incidência de conflitos Pág. 30

Tabela 03 – Cargos ocupados por mulheres no momento das fundações dos STR's no período de 1960 a 2005. Pág. 42

Tabela 04 – Mulheres mortas em conflitos de terra entre Janeiro de 1985 a Novembro de 1986 – Estado do Pará. Pág. 54

Tabela 05 – Imóveis Rurais onde constam ter ocorrido violência contra mulheres no sudeste paraense. Pág.55/56

Figura 01 – Charge que retrata a sobrecarga de trabalho da mulher.

Resumo:

Esse trabalho analisa processo de participação das mulheres posseiras nos conflitos agrários ocorridos em três municípios componentes da micro região de Marabá e da mesorregião do Sudeste do Sudeste do Pará: São João do Araguaia, São Domingos e Itupiranga, durante a década de 1980. A pesquisa analisa participação das mulheres no processo de ocupação da terra; nas lutas por direitos sociais e ainda na mobilização pela construção de novas relações de gênero na família e nas organizações sociais camponesas, análise feita a partir de dados qualitativos obtidos através do uso da metodologia da história oral.

Palavras – Chaves: Gênero, campesinato e memória

Introdução

É preciso, todavia, não esquecer as mulheres, entre todos estes homens que sós, vociferavam, clamavam o que haviam feito ou que sonhavam fazer. Fala-se muito deles. O que se sabe delas?
(Georges Duby)

Este trabalho intitulado *Mulheres posseiras: uma história de luta silenciada* é um dos resultados da pesquisa realizada junto ao projeto: *História, Trajetória, Memória e Identidade Social: As Faces do Campesinato no Sudeste Paraense*¹, financiado pelo Programa Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão (PROINT/UFPA) durante o período de outubro de 2004 a dezembro de 2005.

O projeto teve como objetivo principal compreender “os principais elementos articuladores da dinâmica da formação das identidades do campesinato local e regional, suas trajetórias, suas lutas, suas formas de reprodução social” (HENCHEN, 2004:11) no processo de luta pelo acesso e permanência na terra, se constituindo enquanto categoria social que tem relevância expressiva na constituição do cenário econômico, social e político da região sudeste do Pará.

No âmbito desse projeto desenvolvi o plano de trabalho, cujo tema era: *Castanheiros, agricultores ou posseiros: mulheres invisíveis ou luta entre homens*, que deu origem a um artigo com o mesmo nome, que foi apresentado no V Encontro de História Oral do Nordeste, em São Luís do Maranhão, em 2005. Através desse trabalho inicial, foi possível obter grande parte dos subsídios analisados neste trabalho.

O objetivo desse estudo é compreender o processo de participação das mulheres na luta pela terra e, portanto no enfrentamento nos conflitos agrários ocorridos no sudeste do Pará, durante a década de 1980², particularmente nos municípios de São João do Araguaia, São Domingos e Itupiranga, localizados na região Sudeste do Pará.

Procurou-se analisar entre outros elementos: i) a inserção das mulheres no processo de ocupação da terra; nas lutas por direitos: como educação, crédito, assistência técnica, saúde, estrada, e ainda na mobilização por equidade de gênero. Além disso, ii) procurei evidenciar o

¹ Esse projeto foi coordenado pelos professores: Ms Mario José Hennen e Ms Ailce Margarida Negreiros Alves e contou com o trabalho de outros bolsistas: Naurinete Fernandes Inácio, Arão Marques da Silva, Carla Silva, Edivam Rodrigues.

² Esse período foi escolhido por conta que foi uma das décadas de significativa efervescência da luta camponesa na região.

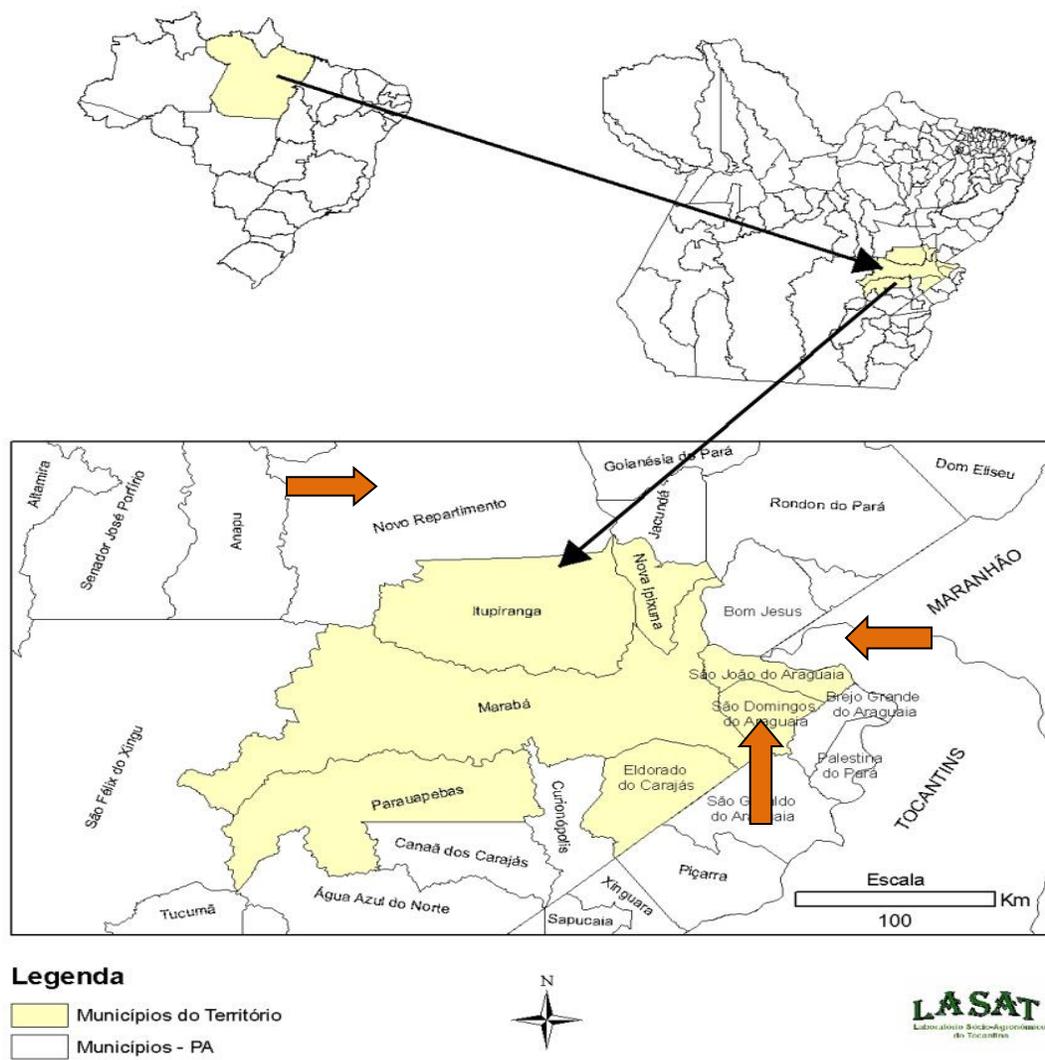
processo de inserção das mulheres na organização sindical, cooperativas, caixas agrícolas e movimentos de mulheres da região e; iii) conseqüentemente os reflexos dessa participação na organização familiar.

1. O *Lócus* da Pesquisa

A pesquisa priorizou três municípios: São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Itupiranga, especialmente pela forte inserção do movimento camponês nesses municípios no processo de enfrentamento à estrutura agrária concentracionista, imposta pelo modelo de desenvolvimento vigente, visando a garantia da terra. Outro elemento da escolha dos municípios foi por conta da forte participação das mulheres camponesas no movimento sindical e na organização das mulheres.

Esses municípios componentes da micro região de Marabá e da mesorregião do Sudeste do Sudeste do Pará, sofreram forte influência do processo de migração camponesa, fato que explica fortemente serem palco das primeiras iniciativas de organização sindical, onde a luta posseira se destacou. Vale frisar que o município de São João do Araguaia é um dos mais antigos da região, surgido ainda nos anos de 1802 (TAVARES, 1992) como um forte militar, ponto estratégico da colonização européia, para o controle do tráfico de escravos e roubo de ouro (VELHO, 1972). A dinâmica socioeconômica desses municípios é sustentada pela agricultura familiar, pecuária bovina, pesca comércio, entre outros menos expressivos.

Em função da significativa presença camponesa nesses municípios, foi necessário a construção de organizações que representasse a categoria. No entanto, o sindicato dos trabalhadores rurais existentes nos anos 70 eram tutelados ao Estado e, portanto controlados pelas oligarquias locais (GUERRA, 2004), organizações que posteriormente foram redesenhadas com a oposição sindical. Observe mapa de localização do lócus do estudo no mapa abaixo.



→ Indica os Municípios da Pesquisa.

2. Estratégia Metodológica

O recorte de gênero surge como uma necessidade de entender o processo de construção das relações de gênero no mundo camponês. Para tal achamos pertinente a utilização da história oral e da memória como recursos que contribuem na reconstituição desses eventos buscando

visibilizar particularmente o protagonismo das mulheres posseiras nas ocupações de fazendas e castanhais e nos movimentos sociais, desmitificando a compreensão de que o espaço da luta pela terra seja exclusivamente masculino.

Esse estudo articulou diferentes ferramentas de pesquisa, particularmente aquelas que subsidiam a análise qualitativa. Simultaneamente foi feita uma revisão bibliográfica que fundamentando teórica e metodologicamente a pesquisa de campo e análise das narrativas. Realizou-se ainda pesquisa documental principalmente nos arquivos do Centro de Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP, uma das primeiras entidades a trabalhar com gênero na região.

A aplicação da oralidade na pesquisa social exigiu um cuidado maior no uso de técnica de análise, tendo claro suas possibilidades e limitações. Assim procedeu-se uma escuta atenta no momento das transcrições e sistematização das narrativas, buscando entender os porquês do silenciamento, do esquecimento de determinados fatos, das reticências, das ênfases na tonalidade da voz para alguns assuntos, enfim de todas as questões que envolvem a oralidade.

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro de questões previamente elaborado, envolvendo questões da trajetória de vida, família, dinâmicas regionais, organização política, ocupação da terra, formação do campesinato regional, participação e contribuição feminina nesses processos. Foram priorizadas entrevistas com mulheres lideranças, dirigentes sindicais e aquelas que participaram ativamente das lutas camponesas e movimentos sociais.

3. As mulheres: quem são elas?

Pois, é eu sou morena meu nome popular é esse, mas meu nome é Olindina de Oliveira Paiva, eu nasci no Maranhão numa cidade chamada Brejo Paraíba, de lá eu vim parar no Tocantins, eu cheguei aqui em São Domingo em 19 de Junho de 72, lá no povoado que chama Vila São Jose, é... daí pra cá né, morei, lá 10 anos nessa vila, 10 anos no Cuxiú que é uma área de assento, e tenho 12 anos que estou, mudei pra São Domingo do Araguaia.”

“Meu nome é Dulcimar Ferreira da Silva, sou maranhense, nasci no estado [cidade] de Dom Pedro [...] me casei em 68 [...] no dia 25 de março. Sou filha de agricultor”

“Meu nome? Maria Moreira Gomes [...] tenho 50 anos, vou completar 54 agora no dia 2 de maio [...] sou cearense e índia [...] minha mãe, eu sou de Jaquerepará, eu sou da aldeia de lá Jaquerepará, eu morava em Fortaleza Ceará, eu nasci em Jaquerepará”

“Então eu nasci no Maranhão né, sou filha de agricultor, nasci no município de Lago da Pedra, numa Vila chamada por Lagoa Seca. Então nós somos uma família grande, de 13 irmãos e lá meu pai sempre trabalhou na roça” (Toinha)

As mulheres entrevistadas são em sua totalidade migrantes nordestinas em particular do estado do Maranhão, o que reafirma a forte migração maranhense para região como evidenciam as narrativas. Observa-se que elas têm uma trajetória de migração constante, uma vez que antes de virem para o sudeste do Pará, moraram em outras regiões: no próprio nordeste e/ou estado do Tocantins, vislumbrando a perspectiva do acesso a terra e a melhores condições de vida junto com seus familiares.

Outros aspectos presentes na apresentação que as mulheres fazem de si mesmas, são os elementos identitários ligados a origem, categoria social e descendência étnica (camponeses e indígenas) como expressam os fragmentos: “Sou filha de agricultor”; “sou cearense e índia [...] eu sou da aldeia de lá Jaquerepará”.

A análise de suas trajetórias possibilita o desenvolvimento de uma reflexão a partir da atuação das mulheres, no processo de formação do campesinato na região, procurando compreender entre outros elementos, a dinâmica de organização e participação nos movimentos sociais do campo as dificuldades e os reflexos dessa participação na vida de cada uma delas.

Mas por que devemos estudar as mulheres camponesas do sudeste do Pará?

A resposta a esse questionamento revela a importância dessa pesquisa, uma vez que, nos dispomos a contribuir no entendimento do processo de construção das relações entre homens e mulheres e assim na visualização das mulheres nos processos de luta, organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, no trabalho produtivo na roça e reprodutivo da família, tantas vezes minimizada no argumento de que elas só “ajudam”, idéia essa reforçada pela perspectiva de privilegiar o espaço público, campo de domínio dos homens, enquanto o espaço privado fica reservado as mulheres.

O trabalho está organizado em três Capítulos: Capítulo I: Reflexões sobre Gênero e memória no estudo do campesinato regional, trata de como essas categorias surgem na no campo científico, bem como evidencia elementos justificativos do por que utilizá-las e finalmente de que maneira essas ferramentas de análise podem contribuir no entendimento das diversas relações construídas no processo de luta pela terra na região além de dar visibilidade à participação efetiva das mulheres na construção do campesinato regional. O Capítulo II: A formação do campesinato

regional e o lugar da mulher, aborda o processo de formação do campesinato no sudeste do Pará, privilegiando um olhar sobre as dinâmicas sociais, econômicas e culturais aqui desenvolvidas, os conflitos gerados em torno da terra e o processo de organização camponesa particularmente a posição que a mulher ocupa nesse cenário, procurando observar como vai se desenhando o campesinato regional frente aos grandes empreendimentos : Transamazônica, Belém - Brasília, hidrelétrica de Tucuruí, projetos de exploração mineral, florestal e pastoril, e mais recentemente o agronegócio. Finalmente o Capítulo III Conflitos pela terra: participação e invisibilidade feminina no sudeste do Pará analisa a atuação das mulheres no processo de ocupação da terra na região, bem como sua inserção nas diversas organizações políticas, identificando as dificuldades e obstáculos enfrentados por conta dessa participação no espaço público, e também observando seus reflexos frente ao papel historicamente assumido no espaço doméstico.

Capítulo I – Reflexões sobre gênero e memória no estudo do campesinato regional

1.1- A construção do conceito de gênero

As ciências humanas ao longo das últimas quatro décadas vêm consolidando um campo de investigação científica voltado para estudos sobre as mulheres e as relações de gênero como resultado de diferentes fatores. Do campo político deriva da contribuição do movimento feminista que a partir da década de 70 vem persistindo na reivindicação de um perfil de ciência que levasse em conta as relações estabelecidas entre homens e mulheres, buscando entender particularmente o processo de dominação sofrido pelas mulheres. Para isso foi “necessário apoiar-se em ferramentas de reflexão; em conceitos que permitissem ao mesmo tempo pôr em evidência uma opressão até então ocultada e perceber suas modalidades de funcionamento” (RIAL, LAGO, GROSSI, 2005: 03).

A crescente inserção das mulheres nos espaços acadêmicos e centros de pesquisa provocou a abertura de novas perspectivas de pesquisa sobre o tema, possibilitando o desenvolvimento de novas metodologias e teorias que destacassem entre outras, a voz e a presença feminina no conjunto da sociedade e nesse caso particular as mulheres posseiras do Sudeste do Pará.

Pode-se dizer que a oralidade surge como possibilidade de dar voz a sujeitos que a história oficial negava. Diante disso, as pesquisas sobre gênero vêm se estabelecendo, como um campo de estudo que permite compreender e visibilizar as práticas políticas e cotidianas desses diferentes sujeitos, embora que tenhamos muito o que avançar nesse sentido. Nesta reflexão utilizamos o gênero como categoria de análise que ajuda a entender a forma como é instituída “a ordem entre os gêneros e com ele a vida cotidiana, as relações, os papéis e os estatutos da mulher e do homem” (Lisboa: 2003) .

Para SCOTT (s/d: 03), esse conceito é relacional, entendendo que a construção do feminino é síntese da interação entre os sexos, pois, o que temos construído enquanto homem e mulher e suas respectivas atribuições sociais, políticas, culturais não é um dado natural e sim resultado das interfaces das relações entre os sexos, construídas sob o signo da dominação.

Portanto, gênero se constituiu como uma “categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” Além de ser um meio interessante de diferenciar a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens, enfatizando “o sistema de relações que pode incluir o

sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT: s/d).

Deste modo, esse debate sobre gênero se faz necessário, de forma a ampliar as possibilidades de análise desse fenômeno, tanto no seio da academia como das próprias organizações de trabalhadores/as, visto que, “escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê á relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades” (PERROT, 2005:14). No caso específico desse trabalho trata-se essencialmente de visibilizar a fala feminina, fala essa tantas vezes ocultada, por conta da representação social que se faz sobre sua prática, exemplo disso é o observado nas análises dos conflitos agrários na região, onde o ser mulher normalmente não aparece.

A invisibilidade da presença feminina no processo de luta pela terra está posto por conta da hierarquia social sexista que impõe uma subordinação às mulheres. Esse fenômeno incide diretamente na determinação do lugar secundário atribuído a ela, e em consequência no impedimento de sejam proprietárias da terra, sócias e ou integrantes das organizações, onde ocupam lugar apenas de dependentes do marido e ou do pai. Esse fato nega-lhe a oportunidade de participar e ainda de assumir postos de direção e ou instâncias de decisão. Quando muito pode assumir a secretaria, com o objetivo de organizar arquivo, registros, etc. No entanto mesmo subjugada elas estão presentes na teia das relações contribuindo de forma comprometida, solidária, exigindo um olhar que as reconheça no protagonismo das relações sociais de produção.

Estudar a participação das mulheres na formação do campesinato no sudeste do Pará surge como uma forma de romper com a perspectiva da negação desse protagonismo bem como a noção de se considerar o homem como um narrador universal, de um discurso hierarquizante, possibilitando assim que a leitura e a versão das mulheres sobre a vida, a luta, a resistência, os conflitos contribuam na fermentação da análise sobre o campesinato regional.

Partindo da compreensão da condição regional imersa nesse cenário de lutas, conflitos e ocupação é que construímos essa reflexão sobre a presença feminina na articulação, planejamento e execução de ações dessa categoria objetivando a construção de organizações representativas do grupo, sejam na condição de sindicatos, associações, delegacias sindicais ou ainda em movimentos sem esse caráter institucionalizado.

A contribuição teórica de SCOTT (1992) em A história das mulheres é fundamental para o entendimento da tendência social de se considerar o “Homem” enquanto referência dando a

esse personagem o status de narrador universal, elemento que condicionou a produção literária a se expressar a partir de uma única voz, enquanto as mulheres assumem posição “complementar”. Seguindo esse raciocínio Scott, pontua que o relacionamento estabelecido entre a história das mulheres e a História, possibilita a construção de um novo olhar sobre os relatos históricos e sociais. Nesse caso, esse debate contribui na compreensão da trajetória trilhada pelo campesinato do sudeste paraense, por questionar as premissas que condicionam um olhar diferenciado a participação de homens e mulheres, uma vez que tem privilegiado a voz masculina, muito embora tenham atuado juntos nos confrontos pela posse das áreas de castanhais e principalmente na organização da resistência à violência praticada pelas oligarquias da região.

Scott vê essa problemática da seguinte forma:

A história das mulheres [...] questiona a prioridade relativa dada “à história do homem” em oposição a história da mulher, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto a perfeição e a presença intrínseca do objeto da história – o Homem universal. Embora todos os historiadores das mulheres não apresentem diretamente estas questões, seu trabalho implica-as: através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral e as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante? [...] que perspectiva estabelece os homens como atores primários? Qual é o efeito sobre a prática estabelecida da história de se olhar os acontecimentos e as ações pelo lado de outros sujeitos, as mulheres, por exemplo? (1992:78)

Diante disso, o debate sobre as relações de gênero aqui discutidas é fundamental à medida que contribui na compressão que as diferenças entre homens e mulheres inscrita na sociedade, nos corpos, nas mentalidades e na ciência não é um dado natural, elas são socialmente construídas, além de demonstrar que entender a luta das mulheres por seus direitos e reconhecimento social, só pode ser percebido, quando se compreende as relação que elas estabelecem com os demais atores. Portanto, a “ausência” das posseiras no sindicato, a divisão sexual do trabalho em casa e na roça, os papéis assumidos na família e na comunidade resulta de como os padrões das relações de gênero são definidos.

Nesse sentido Carneiro (1996:342) destaca que não basta tornar visível à participação das mulheres na sociedade, “para demonstrar a importância de sua colaboração na reprodução da unidade doméstica, mais do que isso, é necessário compreender o significado de sua invisibilidade” o que respalda o não acesso a propriedade da terra por ser considerada incapaz de

gerenciar a unidade produtiva. Carneiro faz questão de ressaltar, por exemplo, que a mulher segundo os costumes, não podia herdar a terra por ser considerada incapaz de assumir a posição de chefe da unidade familiar.

1.2- Por que utilizar a memória?

Partindo das memórias individuais das mulheres que participaram das lutas camponesas é que pretendemos estabelecer uma discussão a cerca da invisibilidade da contribuição feminina nos enfrentamentos no momento das ocupações campesinas e os papéis desempenhados pelas mesma na luta reforma agrária na região.

A memória³ é tratada nesse trabalho não apenas enquanto um fato neuropsicológico⁴, que to desconsidera “uma tematização dos sujeitos-que-lembram, nem das relações entre os sujeitos e as coisas lembradas” (BOSI, 2004:54), mas também enquanto um construto social.

Nesse sentido, a reflexão do sociólogo Maurice Halbwachs⁵, contribui no entendimento dessa ferramenta de análise, uma vez que ele parte dos traços sociais presentes no processo de construção da memória, entendendo que “a memória do individuo depende do seu relacionamento com a família, com classe social, com escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse individuo” (BOSI, 2004:54). Nosso tema de estudo, que busca entender a participação das mulheres no processo de formação do campesinato do sudeste paraense requer esse olhar sensível a fenômenos sociais de caráter coletivo. Todo o processo de conquista da terra e da consolidação dos assentamentos é parte de fenômenos coletivos feitos por grupos sociais organizados: posseiros, sindicalistas, sem terras e outros.

Outro traço importante da compreensão Halbwachsiana sobre a memória é o entendimento que lembrar rememorar não é um simples armazenamento de informações, dados e percepções sobre fatos vivenciados que ficariam intactos na memória sendo invocados por

³ A atenção dada ao fenômeno da memória é antiga, pois, “a memória é para os gregos uma deusa, Mnemosynes, que unida a Zeus, gerou as nove divindades responsáveis pela inspiração. [...] A própria sacralização da memória (os gregos fizeram dela uma divindade), revela, por si só, o alto valor que lhe é atribuído numa civilização de tradição oral, como foi, entre os séculos XII e VIII, e antes da difusão da escrita” (Brandão, 2003)

⁴ Ver Henri Bérgson

⁵ Dois livros importantes de Maurice Halbwachs sobre o tema são conhecidos: Os quadros sociais da memória e Memória coletiva

estímulos intencionais ou inconsciente, sendo a memória uma releitura sobre o passado, feita pelo indivíduo de forma espontânea ou provocadas pelo grupo social de pertencimento, pois:

“ Se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos fazem lembrar: o maior numero de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam[...]. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado [...] Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa a memória do grupo” (BOSI, 2004:55).

Observando isso, tratarei nessa pesquisa não das memórias em si das mulheres, mas sim, de como a partir do uso da memória buscar entender de como se davam as relações de gênero no contexto camponês da disputa pela terra. O silenciamento da memória das mulheres é resultado das desigualdades geradas pelas relações sociais de gênero que vêm no trabalho e ações femininas, atividades menos importantes que as desempenhados pelos homens, pois se as mulheres não trabalham e não lutam efetivamente, só *ajudam*, porque merecem ser lembradas?

Pollack (s/d:45) traz o debate sobre Memória e identidade social, e Memória, silêncio e esquecimento, reforçando a compreensão da memória enquanto um fenômeno socialmente construído, “Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”, e seleção de fatos que são condicionados pela percepção entranhada pela cultura.

Por fim o conceito de memória aqui discutido compreende fundamentalmente o seu caráter sociocultural e de constante mutação, e o mais importante é que “os quadros da memória não são somente sociais. São também sexuados: eles são sociosexuados” (Drevreux, 2005:576).

Assim o fenômeno da memória não consiste em um fato meramente biológico e psíquico, mas também em uma dinâmica sócio-cultural que “reproduz as diferenças inscritas na cultura da sociedade” (CASTRO, 1994:468), portanto a invisibilidade social da participação feminina pode ser entendida como sendo resultado de uma valorização implícita das ações e práticas masculinas que se construíram historicamente como mais “relevantes”.

A invisibilidade passa a ser confrontada pela participação cada vez mais significativa das camponesas nos movimentos e lutas, partindo da tomada de consciência do seu papel como sujeitas do processo. A atuação das mulheres lideranças sindicais tiveram um papel fundamental

por problematizar a relação estabelecida entre homens e mulheres, abrindo possibilidades de construção de novas relações de gênero.

O uso da memória nesse trabalho contribui na percepção e entendimento de que a invisibilidade da participação feminina não é mero esquecimento casual e sim fruto de uma memória que além de social é culturalmente construída, desnaturalizando-a. ou seja, evidencia que a memória não é mero aparato biológico, que ela demarca também os elementos presentes na formação social e cultural dos indivíduos que lembram.

Capítulo II – A formação do campesinato do sudeste paraense



Muitas pessoas foram assassinadas [...] o povo hoje vive em cima do sangue desse povo que a gente ta renascendo, sangue morto pra dá vida (Morena)

2.1-Do extrativismo do caucho as ocupações posseiras

Nesse capítulo analisaremos o contexto em que se dá essa expansão da fronteira, e como os elementos presentes nessa dinâmica influenciaram a construção do campesinato regional, observando também a atuação das mulheres nesse cenário.

Vale lembrar que essa região, onde se localizam os municípios da pesquisa, representava uma grande fonte de biodiversidade, cuja cobertura vegetal, rede hídrica, fauna e subsolo servia de fonte de renda para os povos que por ela passavam. Até então podíamos identificar algumas identidades como aquelas dos castanheiros, mariscadores, soldados da borracha, além dos vários grupos indígenas, espalhados ao longo dos rios da região. Era pouco habitada, porém contava com a presença de algumas comunidades ribeirinhas, caboclas, extrativistas, especialmente até a década de 60, quando as atenções oficiais se voltam para a Amazônia.

A partir da década de 70 inicia-se um processo de desconstrução /construção / reconstrução, apresentando rupturas radicais com lógicas anteriores e inserção de outros modelos de vida, produção e trabalho. Assim a construção regional é fruto de um conjunto de transformações históricas iniciadas com a expansão de atividades extrativistas e mais tarde o avanço da fronteira agromineral introduzindo novas atividades econômicas (madeira, minério, pecuária e agronegócio).

Paralelo a isso se desenvolve uma dinâmica que estabelece a disputa pelos recursos naturais existentes: terra, floresta, minérios, rios, entre outros, favorecido pela vinda de um

contingente massivo de homens e mulheres sem terra e outros segmentos sociais mais favorecidos com bens e capital, além de serem beneficiados pela política do governo militar.

Esse contexto propiciou a existência de um cenário de conflitos sociais graves, mas possibilitou o estabelecimento de relações de alteridade, em um cenário onde a posse e o controle da terra e dos recursos naturais foram alvos de interesses distintos, onde para uns, essa região era *terra de trabalho* e para outros, *terra de negócio*, acumulação e enriquecimento.

A chegada dos camponeses/as migrantes, oriundos em sua maioria do estado do Maranhão é explicada pela possibilidade de trabalho ou conquista de uma área de terra que lhes pudesse proporcionar uma vida mais digna.

O processo de migração camponesa para Amazônia se desenvolveu gradativamente e “iniciou-se praticamente na década de 20 e pode ter sido consequência da interrupção da exploração da borracha” (VELHO, 1979:195), ou seja, primeiramente a migração esteve atrelada ao desenvolvimento de atividades extrativas⁶, como foi o caso da extração do látex, que tinha limites quanto a necessidade de exploração da goma e a baixa oferta de mão de obra, daí promoveu-se então a migração de camponeses nordestinos, particularmente aqueles expulsos pelas secas periódicas, “particularmente a de 1877-79, que foram transportados em navios para Amazônia as custas do governo” afirm de trabalharem nos seringais”(HALL, 2003:22).

No entanto, com o processo de declínio da exploração da borracha na Amazônia, os camponeses/as⁷ que trabalhavam nas áreas de seringais, iniciaram a desenvolver atividades agrícolas, sobretudo para o autoconsumo. Segundo VELHO, 1979:195, em algumas áreas, como aquela do entorno de Santarém, continuaram atraindo levas de nordestinos, elemento inicial que aponta para a constituição do campesinato na Amazônia.

O extrativismo inicialmente vegetal teve um papel relevante no desenvolvimento do capitalismo mercantil na Amazônia, tendo em vista que movimentou um contingente importante de mão de obra barata; aumentou o investimento em infra-estrutura urbana, rodoviária e portuária, bem como a circulação de dinheiro e mercadoria na região.

⁶ A lógica extrativista sempre esteve presente como elemento norteador da economia amazônica demarcando uma posição histórica como região fornecedora de matéria-prima, sendo até hoje uma estratégia de equilíbrio a balança comercial, exemplo disso é a exploração do minério de ferro na Serra do Carajás em Parauapebas.

⁷ “Boa parte desse campesinato era bastante marginal. Plantavam sobretudo arroz, milho, mandioca, feijão para o próprio consumo. De certa forma ainda se tratava de outra face da moeda de um sistema no Nordeste ainda bastante repressor da força de trabalho, mas que estava tendo dificuldades crescente em absorver a população” (VELHO, 1979:195-196)

Assim podemos afirmar que a atividade extrativista foi um elemento importante na migração camponesa para a Amazônia e em especial para o sudeste do Pará, tendo em vista que, “no século XVIII, o estado do Pará era importante fonte de produtos florestais” (HALL, 2003:21), ressaltando que essa atividade não foi sua única motivadora. VELHO explica esse comportamento da seguinte maneira:

“No início dos anos 50 a expansão camponesa no Maranhão e no Sul do Pará começou a alcançar os limites da floresta Amazônica próximo ao rio Tocantins. Alguns camponeses começaram a atravessar para o Pará. As razões para essa contínua expansão para o oeste eram múltiplas [...] O movimento contínuo do nordeste para o Maranhão era certamente uma das razões. A agricultura de queimadas, levando a uma redução da fertilidade do solo certamente contribuiu, além do fato de que consistentemente com a sua marginalidade esses camponeses não eram capazes de conseguir um título que garantisse a posse de suas terras[...] combinado com a existência de terra virgem desocupada adiante, estimulava mais ainda a expansão” (VELHO, 1979:197)

No sudeste paraense, o extrativismo nas matas de ocorrência do Caucho e posteriormente nos garimpo de diamante e cristal⁸ (verão) e na coleta da Castanha-do-Pará (inverno), foram passos intensificadores dessa migração embora que em pequena escala comparada à ocorrida a partir do final da década de 50, com a abertura da rodovia Belém – Brasília. Observando que uma parcela desses trabalhadores/as voltou para suas cidades de origem uma vez que, estas últimas atividades se dão em períodos sazonais do ano. Outros, no entanto, continuavam na região.

Nesse início a coleta da Castanha-do-Pará foi um fator importante na ocupação inicial, pois, esses/as camponeses/as nordestinos vinham periodicamente para a região, trabalhar na coleta da castanha e muitos desses trabalhadores fixaram moradia na área e logo após o processo de estabelecimento, trouxeram familiares (esposas, filhos, irmãos, etc) e amigos que tinham ficado nas cidades de origem, atraídos por diversos motivos como ressalta Velho:

Aos poucos, alguns começaram a ficar no Pará, mesmo antes da pressão demográfica tornou -se muito forte em torno de Imperatriz .Eram atraídos pela grande extensão de terras livres e pela existência e pelas ocupações de alternativas e complementares na coleta da castanha e na busca de diamantes nos rios.[...] e esses indivíduos constituíram a vanguarda da expansão camponesa na região propriamente da floresta amazônica, bem antes da Rodovia Transamazônica vim a atravessar a área (grifo meu) (1979:200)

⁸ “Durante a II Guerra Mundial, outro produto mineral que teve importância relativa na região foi o cristal de rocha (VELHO:1981). Segundo Höhn (2006)25, ele era utilizado pelo exército americano na fabricação de rádios transmissores e sonares para detectar submarinos” (ASSIS, 2007:37).

Esse campesinato de fronteira embrenhou-se⁹ na floresta constituindo comunidades, iniciando o cultivo de plantações, iniciando um processo de fixação na região, constituindo comunidades nas quais, foram se incorporando novas pessoas e famílias com a autorização do assituante¹⁰, segundo observa Velho:

Uma parte da população se nucleava em torno de um ou dois grupos familiares extensos. O restante, em geral encontradiço entre os chegados menos remotamente, eram indivíduos que se estabeleciam com suas famílias nucleares alguns mantendo-se durante muitos anos sem ter notícias de seus pais ou irmãos .Por vezes outros parentes iam chegando. As relações de compadrio substituíam em parte as famílias ausentes (1981:108)

As atividades iniciais desenvolvidas por esses camponeses/as articulavam atividades como: a agricultura de subsistência, pesca, criação de animais com atividades sazonais, exemplo, o extrativismo da castanha, nos castanhais conhecidos como “castanhais do povo” ou ainda de “servidão pública”, onde a coleta era feita de forma livre, em alguns casos sem dependência de “patrão” e livre no sentido de ter acesso a terra do castanhal” (EMMI:1999), podendo coletar a castanha para si, sem necessariamente se ater em uma relação de dependência do comerciante.

A coleta livre não durou muito tempo, pois, com a expedição dos aforamentos¹¹, os castanhais passaram a ser dominados pelas oligarquias locais. Isso acarretou em sérios dividendos para esses trabalhadores dos castanhais, que deixaram de ter acesso livre as *colocações* passando a ser força de trabalho explorada pelo sistema de aviamento. (Pará Agrário, IDESP, 1992: 12). Situação que gerou sérios conflitos no interior dessas áreas como observa Velho:

[...] houve problema com os “donos” de castanhal e criadores de gado, .toda espécie de conflito surgiram .em diversos casos camponeses individuais e mesmo grupos inteiros foram forçados a deixar a terra que haviam cultivados sem receber nenhuma compensação. Por vezes era

⁹ “Esses indivíduos tenderam a penetrar para o interior buscando terra livre longe dos rios principais onde se concentrava a maior parte das atividades tradicionais. Isso se constituiu um fato novo e muito importante na ocupação da Amazônia [...] Após uma busca que podia levar bastante tempo e exigir muito esforço, em geral escolhiam um lugar próximo a um riacho (igarapé) ou lagoa. Seria em geral num terreno que contivesse barro, considerado bom para produção agrícola e para criação de porcos, além de ser bom material de construção” (VELHO, 1979:201)

¹⁰ Assituante: denominação feitas as pessoas que primeiro chegaram e desbravaram uma determinada área e lá se estabeleceram e iniciaram as suas plantações e a quem as outras pessoas que desejavam a essas comunidades (centros) se integrar ter a permissão para se instalar

¹¹ Aforamento: são processos de apossamento de terras livres ou públicas feito pelos donos de castanhal, que, num primeiro momento recebem uma concessão provisória de usufruto dos recursos naturais existentes nestas áreas. Estes proprietários provisórios adquirem o direito de serem os primeiros pretendentes a posse definitiva. Depois de uma ou duas renovações da posse provisória, em geral, conseguem a posse definitiva da área do castanhal, e, em função desta estratégia, as terras livres ou devolutas passam a ser propriedades privadas (HENCHEN, Mario. Comunicação pessoal. Uruará. Mimeografo. 2005)

empregada a violência aberta com a destruição das plantações pelo gado e a queima das casas .mortes também ocorriam .Mas quando uma área densamente povoadas não era fácil livrar-se dos seus ocupantes (1979:205).

E conforme relata Severinão:

Pressiga era, porque os donos, ora de ponto botavam aqueles fiscais, ninguém podia entrar lá dentro, que era sujeito a morte. Inclusive andaram matando aí [...] andaram matando um deles nas roças. botaram aqueles vigias , aqueles fiscais .Os fiscais as vezes atiravam naqueles posseiros e [...] que as vezes trabalhavam lá dentro tirando uma castanha...¹²

Assim, essa dinâmica de expansão e ocupação camponesa na região se deu envolvido por um emaranhado de dividendos, resistindo ao processo muitas vezes violento adotado pelos oligarcas¹³ da castanha, que para garantir a “propriedade” das áreas de coleta e conseqüentemente da terra contra o avanço e a pressão camponesa, utilizavam de artifícios violentos conforme observou Severinão.

2.1.1 – Colonização e conflito no sudeste paraense

A reforma agrária dos posseiros, dos sem-terra é coisa séria. Não é briga por mordomia, por propina, por salário de marajá. É briga para não morrer – para viver. E se for preciso morrer para que outros vivam
(Hébette)

Os conflitos agrários no sudeste paraense são frutos de uma estrutura fundiária baseada na concentração de terra construída no bojo de uma fronteira em expansão, onde o controle da terra se tornou especialmente rentável à medida que a Ditadura Militar empreendia uma política de incentivo fiscal, provocando a construção de mecanismos de expropriação da terra.

Fronteira que se constitui como uma franja de avanço do capital na Amazônia, pois, a “interpretação da fronteira (e da colonização, que é uma das suas formas institucionais) não dispensa a referência á organização sóciopolítico e econômica global!” (HEBETTE, 2004:76), uma vez que:

¹² Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2005 em São Domingos do Araguaia

¹³ “Quando me refiro a oligarquia no Tocantins, estou fazendo alusão a grupos constituídos em torno de famílias ou empresas que vem controlando a atividade econômica principal da área: a coleta e o comércio da castanha. O domínio da economia da castanha exige o controle da terra, é por isso que neste caso a propriedade da terra tem conduzido ao poder político” (EMMI, 1999:58)

“as mortes, a devastação da floresta, a concentração fundiária da terra, devem ser tratados como passivos resultantes desse processo econômico baseado nos grandes projetos. A base da economia da Amazônia permanece em certa medida inalterada.[a exemplo] o extrativismo, ora em voga o mineral”¹⁴ (ALMEIDA:2008)

Ao longo das últimas décadas são esses conflitos que em alguns casos foram verdadeiros massacres¹⁵ contra trabalhadores/as, lideranças sindicais e seus aliados, mediadores (advogados e freiras, padres) que foram ampla e frequentemente divulgados na mídia nacional e internacional, noticiando assassinato de trabalhadores/as, ocupações de fazendas, interdição de estradas, ameaças, evidenciando o clima de tensão que ainda persiste no espaço agrário do sudeste do Pará

Esse cenário de disputa por terra na região vem se construindo a décadas, fomentado por uma estrutura agrária que associa o monopólio da terra, expropriação dos pequenos trabalhadores (as), intensificado por uma dinâmica de migração desses últimos, de forma “espontânea”, ou motivada pela colonização promovida pelo Estado, no período da Ditadura Militar.

Assim a colonização oficial da Amazônia está inserida em um contexto de integração da mesma ao mercado mundial. Hébette sublinha que depois de décadas de desinteresse, diversos elementos (econômicos e políticos) contribuíram para que o Estado brasileiro dirigisse sua atenção para região.

Embora que nos governos de Getulio Vargas e Juscelino Kubitschek foram implementadas políticas de integração da Amazônia ao restante do Brasil, no sentido de atender no caso do primeiro a interesses de ampliação de mercado consumidor e fornecedor de matéria prima principalmente durante a 2ª Guerra Mundial e no caso do segundo de atender a demanda da indústria automobilística, é nos governos militares que ela se acirra, uma vez que:

“No plano externo, a participação do Brasil na II Guerra Mundial tinha revelado a extrema fragilidade de integração da Amazônia ao resto do país [...] Impôs-se, assim, com insistência, á mente dos estamentos militares, a idéia do “isolamento da Amazônia” – e não somente de seu isolamento, mas de sua incapacidade em se proteger contra agressões por falta de gente [...] precisava, portanto, “povoar”. No plano interno, o fato angustiante para o quartel - e a burguesia – era o despertar de uma consciência militante no campo [...] nasceram as Ligas Camponesas e os primeiros sindicatos rurais – aquelas com certa influencia do Partido Comunista. [...]Do ponto de vista econômico, o realinhamento ideológico conduzia á integração total ao mercado capitalista e a internacionalização da economia” (HEBETTE, 2004:276)

¹⁴ ALMEIDA, Rogério. Comunicação pessoal. Belém. Mimeografo. 2008

¹⁵ Exemplo: Massacre de Eldorado do Carajás, a Chacina da Fazenda Ubá e Fortaleza

Portanto a colonização da Amazônia se fazia urgente e necessária para os militares, pois, ela “é a versão política e ideológica da fronteira” (HEBETTE, 2004 : 77). Com isso foi criado o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Sob o lema “terra sem homens para homens sem terra”, O Governo do General Médici, inaugurou na década de 70, a BR-230, mais conhecida como Transamazônica, onde “pretendia instalar ao longo dessa [rodovia]100.000 famílias até 1974. Ali estariam assentadas, por um lado, famílias nordestinas pobres, supostamente analfabetas [...] e por lado, camponeses do extremo sul, considerado instruídos” (HÈBETTE, 2004:278) Dessa forma de São Domingos a Itupiranga, onde a Transamazônica passava a 6 Km de distância, toda a rodovia fora dividida em lotes de 100 ha e assentadas famílias agricultoras.

Fora da colonização oficial, a dinâmica regional, particularmente nos municípios citados na pesquisa atraiu muitas famílias camponesas sem terra, que excluídas das condições de vida em suas localidades, migraram de forma “espontânea”, em busca do “eldorado” que na fala de Hébette, consiste em um contingente migratório que “dispensou os serviços do INCRA e das colonizadoras e ocupou livremente as terras devolutas do oeste do Maranhão, norte de Goiás e sudeste do Pará”, fato que acirrou os conflitos envolvendo fazendeiros, grileiros e especuladores e os camponeses sem terra.

Registros revelam um alto índice de violência e conflitos agrários, conforme mostra tabela a seguir:

Tabela 01
Conflitos de Terra no Pará - 1985

Número de conflitos	Nº de mortos	Nº de feridos	Nº de presos	Nº de casas queimadas	Desaparecidos	Nº de famílias atingidas	Nº de pessoas atingidas	Área envolvida/há
84	54 ¹⁶	25	57	05	07	13.191	65.383	2.012.787

Fonte: Tabela produzida a partir de dados do relatório da CPT/Brasil. Caderno do CEAS, Nº104 de Julho a Agosto de 1986, pág 48

A tabela 01 mostra que o número de atingidos diretos como vítimas dos conflitos agrários é de 148 pessoas no ano de 1985. Registra inda 84 conflitos agrários envolvendo camponeses sem terra e fazendeiros, com um número de mortos correspondente a 54 e 13.191 famílias atingidas. O fenômeno da violência no campo no estado do Pará revela o que significou a

¹⁶ Hall fala de 93 mortos, (2003:97)

estratégia militar de intervenção na Amazônia. Nessa região dos municípios em estudo os conflitos agrários promoveram verdadeiras chacinas e genocídios de posseiros.

Olhando esse fenômeno de outra maneira, verifica-se que o Estado do Pará se incorpora na lista dos Estados brasileiros de maior ocorrência dos conflitos agrários como indica a Tabela 02 abaixo.

Tabela 02
Conflitos de Terra – Dados dos 5 estados com maior incidência de conflitos/1984

Estado	Numero de conflitos	Assassinatos	Feridos, torturados e espancados	Ameaças e tentativas de assassinato	Violência de jagunços/policiais ³
Mato Grosso	46	11	18	02	17
Pará	53	24	25	13	42
Bahia	58	17	14	07	20
Goiás	60	10	49	15	61
Maranhão	68	18	10	13	25

Fonte: Tabela produzida a partir de dados do relatório da CPT/Brasil. Caderno do CEAS, Nº98 de Julho a Agosto de 1985, pág 17

A tabela mostra que o Pará está entre os Estados que lideram a ocorrência de conflitos agrários, assassinatos e atingidos diretos nesses conflitos, inclusive aqueles atingidos com torturas, espancamentos e ameaças de assassinatos. Ocupa o quarto lugar depois do Maranhão, Goiás e Bahia respectivamente na coluna do número de conflitos, o primeiro, na coluna dos assassinatos, o segundo lugar na coluna dos feridos, torturados e espancados, mantendo posição na questão das ameaças e tentativas de assassinatos e ainda quanto a violência de jagunços e policial.

Diversas estratégias de luta e resistência foram tomadas por parte dos agricultores: a articulação com entidades, denúncias, realização de encontro, debates, ocupação de prédios públicos, organização de entidades mediadoras (associação, caixas agrícolas, sindicatos), e até uma lei, denominada Lei Anilzinho¹⁷, a Lei dos Posseiros dos posseiros, resultado do encontro de trabalhadores rurais¹⁸ realizado na comunidade de Anilzinho no município de Baião no período de 06 a 08 de Novembro de 1981 (Kostcho,1982:28). Essa lei embora não institucionalizada foi legitimada pelo debate coletivo representou uma estratégia de organização da categoria, uma

¹⁷ Jornalivo. Ano II Outubro de 1982, Nº 03. Arquivos do CEPASP. A Lei Anilzinho tinha 7 tópicos: 1-Resistir na terra, 2-Propriedade da terra, 3-Usos da terra, 4-comercialização, 5-organização, 6-Encontros e 7- Vinte e cinco de Julho dia do Lavrador. Esses tópicos detalhavam como deveria ser a conduta dos posseiros frente a luta pela terra.

¹⁸ Reuniu camponeses da região do Tocantins (Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajurú)

forma de resistir a pressão e a violência além da falta de políticas de sociais e de fomento a produção. Sabe-se que, em alguns casos os próprios agentes do Estado eram quem praticava violência contra os posseiros/as.

Além da violência outros artificios e mecanismos foram adotados pelos “donos dos castanhais”, para garantir seu domínio sobre essas áreas, como a proposição de criação do “Polígono Castanheiro da Amazônia”, e que ficou conhecido como Polígono Castanheiro do Tocantins, que desenhou os interesses hegemônicos em torno das áreas de ocorrência de Castanha do Pará que era:

Encontrada esparsamente por toda bacia Amazônica concentrando-se em vários locais formando os castanhais, facilitando a coleta de seus frutos. No Pará especialmente duas microrregiões são [ou pelo menos foram } ricas em castanhais: Marabá na totalidades de seu território e parcialmente em Curionópolis, São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Itupiranga e Xingara” (Pará Agrário, IDESP, 1992: 10),

As oligarquias locais detentoras de parcela significativa desse território se apropriaram desse mecanismo legal com o objetivo de assegurar o domínio sobre os castanhais e fazer frente à pressão de um número cada vez mais crescente, de trabalhadores/as rurais que avançavam castanhal a dentro, agora não para coletar o ouriço da castanha, mas para tomar posse dele.

Essas ocupações abalaram significativamente as estruturas do “direito legal” de posse dessas elites locais, entendendo que isso provoca também um abalo nos pilares de sustentação dessa categoria, tendo em vista que seu poder político e econômico, historicamente se baseou no controle das áreas de coleta da castanha, e de todo o processo produtivo e de trabalho. Tal controle só se efetivou fruto de um processo de costura de arranjos e articulações institucionais que garantissem a essa elite “legitimidade” de posse.

Com a implantação e desenvolvimento do capitalismo financeiro e industrial na região, enfraqueceram de forma significativa esse domínio, não ao ponto de totalmente eliminá-lo¹⁹. Portanto a construção da proposta de criação do Polígono Castanheiro sob o signo da preservação ambiental é, na verdade sedimentada em interesses de um segmento social dominante da região “os donos dos castanhais”, em uma tentativa de conter as ocupações camponesas.

¹⁹ Ver Emmi (1999)

Essa proposta do Polígono oportuniza a reflexão sobre questões e práticas pontuais dessa oligarquia que não condiz com a “retórica preservacionista elaborada [por ela] para justificá-lo” conforme observa MARIN, EMMI e BENTES (1987), pois, essa posse é resultado de uma:

Forma histórica de apropriação da terra e sua conseqüente concentração nas mãos de uma minoria; [da] existência de interesses diversos no interior da categoria ampla “donos de castanhais”, em que predominam uma oligarquia que se debate para manter a velha estrutura de poder que lhe garantiu seus privilégios durante muitos anos; [de uma] pratica facilmente comprovável por elementos expressivos dessa oligarquia de atividades econômicas caracterizadas em seus próprios expedientes como predatórias para a floresta castanheira - por exemplo a pecuária bastante difundida e finalmente como fator de central importância, a luta histórica dos posseiros, muitos deles com mais de 20 anos na áreas, para segurar um pedaço de terra para suas lavouras contra a ameaça de expulsão por parte dos “donos dos castanhais. (Pará Agrário::20)

Diante desse processo de tentativa de controle da terra e de violência, os posseiros não se intimidaram, pelo contrário desenvolveram estratégias de fazer frente a essa conjuntura violenta e também garantir a posse e a permanência nas áreas superando a lógica de latifúndios de castanha em áreas de agricultura familiar. Conforme narra Hébette, nesse confronto:

Houve casos em que os posseiros tiveram que ficar em pé de guerra para enfrentar a violência dos latifúndios; entrincheiravam durante semanas. Só trabalhavam em regime de mutirão, homens e mulheres, jovens e adultos unidos: uns na roça, outros na vigia, outros na cozinha. Outros associados de lugares diversos levavam-lhes comida, roupa, remédios e dinheiro. A solidariedade surgia como exigência da luta. Essa resistência solidária, organizada, permitiu a permanência de muitos na terra - alias, não só dos que se empenharam decididamente na defesa, como também de muitos outros fracos, medrosos ou simplesmente individualista e espectadores que ficaram a margem da luta. Esta impôs limites a violência dos gananciosos e temperou a audácia dos pistoleiros. Não acabou com o derramamento de sangue que, até hoje, continua; não eliminou com o conflito que persistirá até que forma reformas institucionais sejam adotadas. Mas milhares de migrantes estão nos seus lotes e, a cada dia, novas terras são conquistadas. [sublinhado meu] (2004: 194) (Grifo meu)

A representação social dos trabalhadores/as em sindicato, associação, delegacias sindicais, ou em frentes de ocupação, nasce como uma exigência para garantir a conquista da terra utilizando esse mecanismo como um instrumento, uma ferramenta de luta dos/das posseiros/as da região.

2.1.2 A Organização Sindical: Participação e memória das mulheres

Amanhã, em qualquer entroncamento da Amazônia, algum governante inaugurará um memorial ao posseiro, e a burguesia comemorará a abolição do latifúndio. Essa abolição, porém, se fará sem Regente imperial, á margem do Estado, pela força dos posseiros. (Hébette)

O sindicato dos trabalhadores rurais do sudeste do Pará, como as demais formas de organização dos posseiros/as é resultado de um amadurecimento político, e surge em meio e sob o controle da Ditadura Militar, sendo fortemente ligado as elites locais e aos órgãos do governo, que ficou conhecido como “sindicalismo pelego”. A narrativa se refere a essa organização que perdurou por muitos anos. “quando e cheguei, já tinha, eu fiquei sabendo dessa historia né, que teve essa luta pra que o sindicato vinhesse realmente para as mãos dos trabalhadores rurais” (Toinha).



Foto 01: 1º Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais do Pará de 1980.

Fonte: Jornalivro. Ano II Outubro de 1982.

Essa luta pela tomada dos sindicatos e torná-los livres da interferência dos *pelegos* era uma anseio, como expressa o dizer da faixa na foto: *Queremos sindicato livre*.

A chegada dos migrantes em busca de terra foi marcada por muitas dificuldades: situação financeira difícil, processo de adaptação e instalação no novo espaço e outras questões que tornavam a vida na fronteira muito difícil. Assim quando se iniciam as ocupações dos castanhais e fazendas da região, como forma de superação dos problemas iniciais, a primeira forma de organização é a solidariedade entre as famílias, no trabalho e na luta, como expressa a narrativa: “no meio do povo aqui eu tinha coragem, mas depois pra ficar só, aí ele [o marido] disse então eu

vou construir uma casa na vila [...] aí melhorou porque nós morava um perto do outro né, [...] fazia mutirão, hoje pra roça de fulano, amanhã pra roça de fulano”(Morena).

Essa solidariedade se fazia principalmente porque o isolamento nesse cenário era quase certeza de morte com bem frisa HÉBETTE (2004:192).

No entanto apenas a solidariedade não bastava porque os desafios eram grandes e necessitavam de outras formas de mediação. Nessa região falar em sindicato era sinônimo de defesa dos interesses do Estado e de latifundiários, as associações significavam uma estratégia fundamental para enfrentar de forma coletiva as pressões e violências:

De certa maneira, a época das associações representou o momento nobre das lutas camponesas no sudeste do Pará. As associações dispunham da ampla liberdade e funcionavam com autonomia, fora dos controles administrativos e repressivos do Estado; elaboravam seus próprios estatutos, suas normas de funcionamento; elegiam seus dirigentes. (HEBETTE, 2004:193)

Vale destacar a contribuição da Igreja Católica auxiliando na luta dos trabalhadores/as na região através de organizações e entidades como as CEBs (Comunidade Eclesiais de Base), MEB (Movimento de Educação de Base), CPT (Comissão Pastoral da Terra), especialmente no momento de tirar os sindicatos do controle dos *pelegos*. Uma das narrativas enfatiza essa mediação destacando o papel dos animadores de comunidade, muito comum nessa região principalmente ao longo da Transamazônica: “*eles passaram quatro dias lá em casa. Eles eram dez companheiros né, [...] mixia com a igreja [...] era animador de comunidade*” (Dulcimar).

Além da Igreja, outros mediadores também faziam esse papel de articular à luta, como partidos políticos clandestinos e entidades de assessoria como a SDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos), FASE (Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional).

Com o fim da Ditadura Militar e o início do processo de redemocratização do país, os sindicatos passam gradativamente as mãos dos trabalhadores/as defendendo seus interesses, criando formas mais combativas de luta, como diz a narradora “a atuação do sindicato de 80 pra cá né, [...] foi uma luta muito, muito árdua mesmo assim [...] então o sindicato ia lá, ta lá com os trabalhadores defendendo, lutando, [...] buscando com eles as melhores propostas” (Toinha).

Outra narrativa enfatiza a organização posseira fundando delegacias sindicais nas áreas no sentido do fortalecimento da estratégia política: “formemos essa vila, nos formemos também o sindicato, uma delegacia do sindicato dos trabalhadores rurais, porque por intermédio de uma entidade, a gente fortalecia melhor” (Morena). Essa foi uma prática comum em todas as áreas de posseiros, fundar delegacia sindical.

O primeiro sindicato a se formar nessa região é o de São João do Araguaia (1974), o segundo foi de Itupiranga (1979), o de Marabá em 1984 e de São Domingos do Araguaia (1992) criado depois do desmembramento do primeiro. Esse sindicalismo avançou no sentido “apropriação e consolidação das construções de representação já existentes [...] no sentido da conquista de novos espaços institucionais de participação social das famílias camponesas: associações, cooperativas, [caixa agrícolas], centro de formação e de pesquisa (D’Incao, 2002:09). O Programa CAT representou o esforço de avançar para além dos debates políticos, desenvolvendo a articulação pesquisa/organização dos agricultores no sentido de fortalecer a agricultura camponesa (HEBETTE, 2000:150).



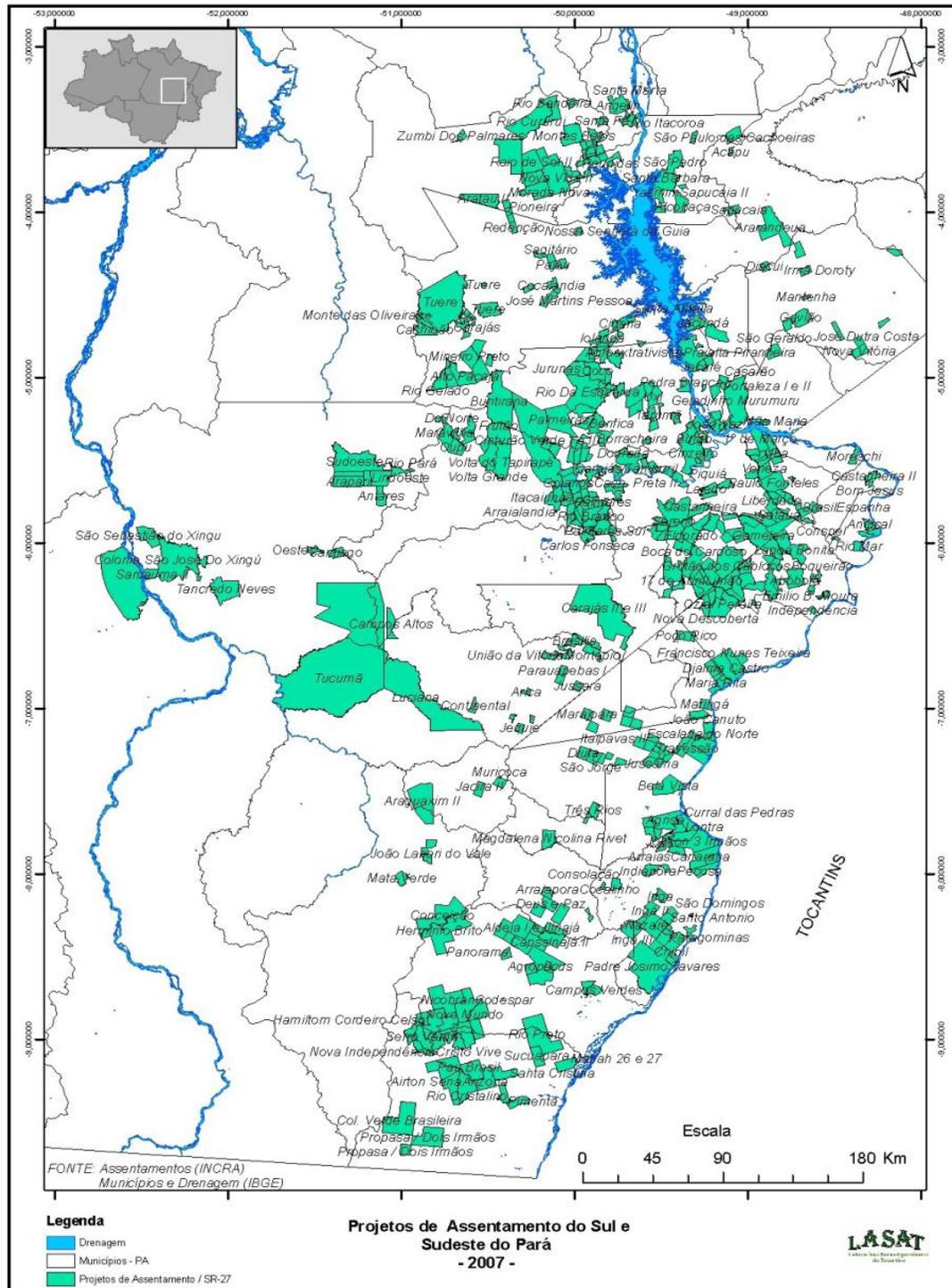
Foto 02: Fundação da FATA (Hébette e Navegantes (org) CAT – Ano Décimo)

A foto é um registro importante de um momento dessa história. Reúne agricultores e agricultoras dos sindicatos de vários municípios da área de abrangência do Programa CAT, entre eles representantes dos STRS de Marabá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, Jacundá, São João do Araguaia, no momento da fundação da FATA - Fundação Agroambiental do Tocantins - Araguaia, instância de representação dos agricultores/as dentro do CAT. Como mostra a foto, a

participação das mulheres nos processos de intervenção e desenvolvimento regional é um fato. Entre as mulheres que aparecem uma das nossas narradoras: Morena, animando o evento.

Nos início dos anos 90 com a chegada do MST no Pará, e mais precisamente no município de Marabá, a luta pela reforma agrária cresce substancialmente, as ocupações tomam as ruas, as praças com as marchas pela reforma agrária. Em meados dos anos 90 a criação da FETAGRI Sudeste aglutinando os sindicatos da região, representa novas forças no cenário camponês. O resultado desse embate, dessas lutas, ocupações e enfrentamentos é a efetiva presença do espaço da agricultura camponesa com 485 assentamentos (INCRA/ ATES, 2008) originados da regularização das fazendas ocupadas pelos movimentos sociais do campo e o reconhecimento de um segmento social importante no desenvolvimento regional: o campesinato. Conforme afirma a narrativa: “se dependesse do governo ninguém tinha era nada [...] era preciso ter coragem para fazer o enfrentamento todos esses assentamentos, 400 assentamentos, como ele frisou aí, aí de nós se não tivesse essa força de se congratular um com o outro.” (Morena)

A seguir e para ilustrar a territorialização camponesa no Sul e Sudeste do Pará, o mapa dos Assentamentos dessas regiões. Vale dizer que essas regiões concentram o maior número de assentamentos do Brasil, fruto da forte mobilização dos movimentos sociais.



Mapa 2: Assentamentos de Reforma Agrária no Sul e Sudeste do Pará. LASAT, 2007.

Capítulo III – Conflitos pela terra: participação e invisibilidade feminina no sudeste do Pará.

*Eu trabalhava em casa, e trabalhava na roça,
sempre sobra mais pra mulher, a mulher camponesa né”(Dulcimar)*

3.1 – Relações gênero na agricultura camponesa

As relações de gênero nas comunidades camponesas e por que não dizer na sociedade brasileira é marcada entre outras coisas por uma divisão social e sexual do trabalho onde os papéis desempenhados são definidos de acordo com aspectos pseudonaturais dos indivíduos como docilidade, fragilidade, força etc.

A figura feminina freqüentemente associada à passividade, fragilidade e doçura justifica associar a função de cuidar da casa e seus arredores, do marido e filhos. Já a figura masculina é associada a impulsividade, a força e ao trabalho., Para ele são associadas as atividades tidas como produtivas e públicas que são vistas como motoras dos processos sociais. Isso evidencia a sobreposição do trabalho produtivo sobre o reprodutivo. Partindo dessa percepção podemos apontar algumas questões que são importantes para a nossa análise:

Essas características que definem e marcam o perfil e personalidade do sexo, deve ser compreendida como uma construção social, ou seja, reflexo da rede de sociabilidade na qual a pessoa está inserida, pois, a estruturação e manutenção das relações de gênero tais como estão colocadas não deve ser percebidas como algo separadas das formas como as relações sociais são vividas no todo da sociedade e em especial entre as mulheres e homens.

As relações gênero, as quais estão submetidas às mulheres camponesas, está fundamentada em uma sociedade patriarcal e sexista, que para sobreviver necessita de uma justificação ideológica, social, psicológica, jurídica, religiosa e biológica, por isso, a estereotipação e atrelamento da mulher a condição de passiva e dócil, justifica a sua relação com o espaço privado da casa, do consumo e dos filhos e a sua ausência na cena pública, do sindicato, embora que nas ultimas décadas a relação das mulheres camponesas com as atividades políticas vem gradativamente se alterando.

Vale salientar que essa percepção implica em toda uma construção educacional tanto dentro da família, na educação institucionalizada (escola), onde se reproduz e se desenvolve atividades onde as meninas são direcionadas para atividades que explorem a subjetividade, a passividade contrariamente aos meninos que são instigados a participarem ativamente no espaço público. Portanto muito do que se tem quanto à personalidade feminina é na verdade características socialmente construídas, uma vez que, “a mulher foi relegada para esfera doméstica pela divisão do trabalho entre os sexos, ao mesmo tempo que ia se desenvolvendo, através dos milênios, uma poderosa ideologia, que ainda hoje determina a imagem da mulher e o seu papel na vida social”(LORGUIA, DUMOULIN, 1981:32)

Nas comunidades rurais essa divisão é aparente e esquematicamente clara quanto a sua distribuição, pois, teoricamente as mulheres são responsáveis apenas pelas tarefas da casa e área em torno da casa onde fica o canteiro, giral, a criação de pequenos animais (galinhas, porcos) e as extrativas que na Amazônia é significativa como a extração de óleos vegetais: copaíba, andiroba, sendo os homens responsáveis pelo desenvolvimento de atividades mais “pesadas”, o cuidado com a derrubada, a coivara, o plantio, a limpeza do terreno etc. Desse modo essas últimas atividades não acontecem sem a participação das mulheres e dos filhos, normalmente crianças e adolescentes.

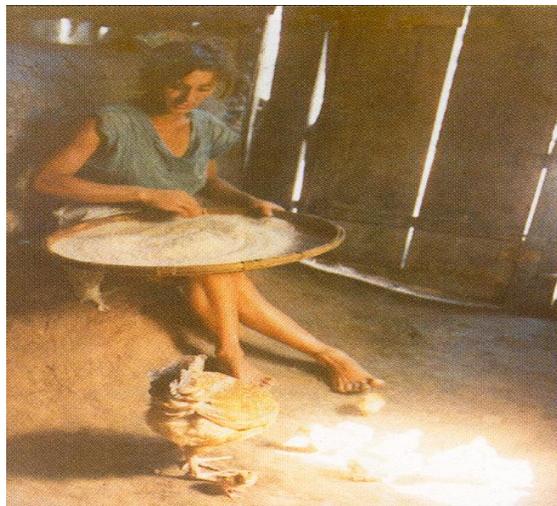


Foto 3- Mulher camponesa em atividades domésticas (HÉBETTE: S/D)

Com relação a essa divisão de tarefas entre sexos, Woortmann (1997:37) em sua etnografia sobre *o trabalho na terra* pontua que na dinâmica produtiva:

“A direção do processo é determinada pelo pai da família, detentor do governo do trabalho. É ele quem “dá direção”. O fato de ser o homem quem defini a direção do deslocamento espacial indica que ele também detém o controle do processo como um todo. A mulher pelo contrário, é remetida a um movimento inverso, de fora para dentro, trazendo para dentro da casa os produtos da roça transformando em mantimentos, para torná-los comida, inserida em sua própria “direção” a do consumo”

No caso das mulheres essa participação no processo produtivo revela a dupla jornada de trabalho e quando essa se envolve em atividades ligada a organização da categoria, enquanto delegadas sindicais, coordenadoras, integrantes da diretoria de sindicatos, caixas agrícolas, associações, percebe-se aí, a tripla jornada. Constata-se ainda a existência de uma compreensão de que as atividades desenvolvidas pelas mulheres é *ajuda*, ou seja, o não trabalho. Segundo Woortmann (1997:46) o termo ajuda é uma categoria que define o trabalho da mulher e das crianças fora da casa no processo produtivo do lote

Esse qualificativo *ajuda*, dificultou o reconhecimento de direitos trabalhistas e previdenciários²⁰, pois, homens e mulheres “negam o valor econômico do trabalho que geralmente ela realiza” (LORGUIA, DUMOULIN, 1981:32). Amaral citando PORTELLA, *et al* questiona:

“Como provar os anos de capina, plantio, colheita, cuidados com galinhas, porcos, cabras, gado, a horta do quintal, o pomar, a manteiga, o queijo, o carvão, o azeite de babaçu? [...] se o que fazia nunca foi visto como produção [...] O círculo se fecha, e a consequência seria a negação de um direito [...]”(2007:74)

Verifica-se que a mulher camponesa foi educada para negar a sua condição de trabalhadora rural e agricultora levando-a a assumir o espaço doméstico como lugar próprio da mulher. No entanto, devido com a intervenção das organizações de mulheres isso vem gradativamente se alterando.

LORGUIA e DUMOULIN (1981:32) pontuam que o processo de reprodução privada do trabalho normalmente é confundida como a reprodução biológica, sendo “necessária distinguir claramente as atividades desenvolvidas pela mulher no seio da família” que podem ser dividas

²⁰ “Mesmo que as mulheres sempre tenham trabalhado ao lado dos homens na roça, o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural só foi conquistado com muita luta das mulheres em 1988” (GUADAGNIN, DARON, 2003:131)

nos seguinte elementos: “ a) reprodução estritamente biológica; b) educação e cuidado dos filhos, doente e velhos; c) reprodução da força de trabalho consumida diariamente” .

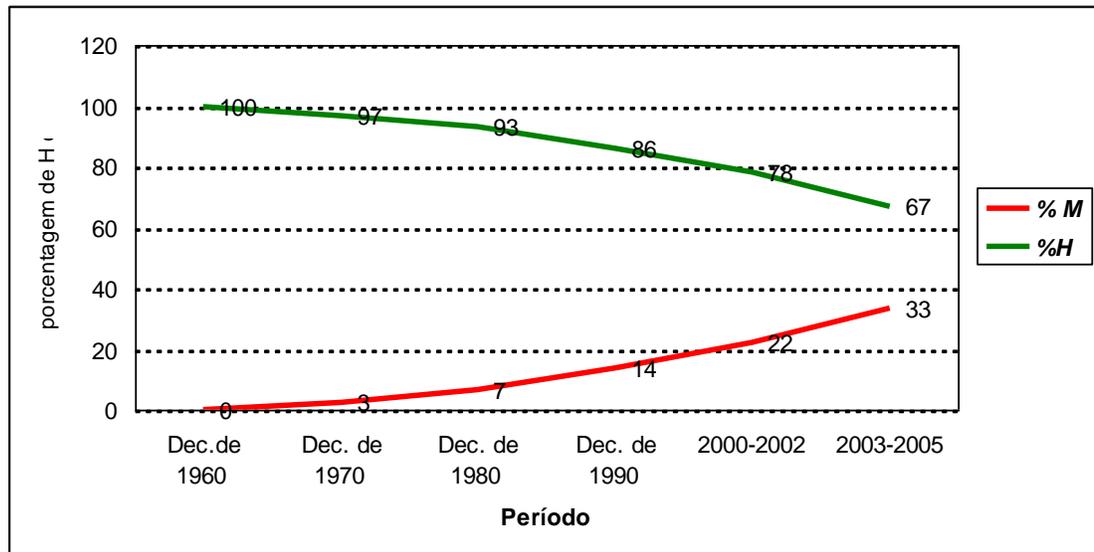
Constata-se uma significativa presença das mulheres na agricultura que na leitura de LOBO, (1981:45), significa a extensão de sua participação na reprodução da força do trabalho, no barateamento dos custos de subsistência e na extensão da apropriação do trabalho das mulheres. A problemática exposta na falta de reconhecimento social da contribuição das mulheres nos processos produtivos, e a conseqüente invisibilidade, se estendem às atividades políticas, uma vez que estas últimas são do espaço público.

A participação política das mulheres vem crescendo significativamente nos últimos tempos, tanto no número de sócias dos sindicatos como no número de integrantes de diretoria de STR's, federações, cooperativas. Como mostra AMARAL, citando PORTELLA *et al.* (2007: 80):

“Vários são os fatores que têm levado a ampliação da sindicalização feminina no meio rural. Entre estes, possivelmente têm contribuído a entrada dos questionamentos de gênero, sobretudo a partir da década de 1980 e com maior “força” nas duas últimas décadas no MSTTR, o que proporcionou uma movimentação de incentivo pela sindicalização das mulheres e pelo requerimento de documentos pessoais como o CPF, carteira de identidade, título eleitoral em várias regiões do país [...] De acordo com Giuliani (2004) no meio rural, a autoridade do pai ou do marido, extrapola o espaço doméstico e muitas vezes se impõe, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos. Portella, Silva e Ferreira (2004) nos diz que até meados dos anos 80 o movimento sindical rural apenas aceitava a sindicalização de homens, eles eram considerados os produtores e, portanto os verdadeiros trabalhadores que tinham direitos a se organizar em favor de seus direitos. No caso das mulheres, o trabalho agrícola realizado por elas, por ser considerado “ajuda” e por ser subsidiário das atividades domésticas, não eram reconhecidas pelos dirigentes sindicais. É possível imaginar as dificuldades vivenciadas pelas trabalhadoras para ter o direito de se sindicalizar...”

Amaral mostra ainda no gráfico abaixo o comportamento da participação de homens e mulheres na fundação dos sindicatos mostrando como esse comportamento evolui ao longo de várias décadas, desde os anos 60 até 2005:

Gráfico 01
Relação do número de homens e mulheres presentes nas fundações dos STR's no Pará



Fonte: Organizado por Waldiléia Amaral, 2007.

O gráfico mostra um movimento de declínio da participação dos homens ao mesmo tempo em que cresce a participação das mulheres, por mais que muito timidamente. Esse comportamento revela mudanças de postura nas relações de gênero. Outro olhar sobre esse fenômeno da participação é mostrado no gráfico sobre os cargos ocupados por homens e mulheres no momento das fundações dos sindicatos no Pará. A tabela abaixo também organizada por AMARAL nos ajuda a compreender como se dá a distribuição de cargos por gênero.

Tabela 04

Cargos ocupados por mulheres no momento das fundações dos STR's no período de 1960 a 2005.

Períodos	Presidência		Tesouraria		Sec. Geral		Cons. Fiscal		Sup. C.F	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1960 - 1969	15	0	14	0	15	0	27	0	19	0
1970 - 1979	44	0	43	1	39	5	129	3	172	2
1980 - 1989	27	0	24	3	23	4	68	4	44	2
1990 - 1999	22	0	19	3	14	8	45	6	40	5
2000 - 2005	1	1	1	1	2	0	5	1	4	2

Fonte: Organizado por Waldiléia Amaral, 2007.

Uma análise dessa tabela afirma que um número muito pequeno de mulheres assume cargos de direção nos sindicatos. Inicialmente observa-se que só entre os anos de 2000 e 2005

uma mulher no Estado do Pará assume a presidência do STR, contra 109 homens presidentes. Isso nos diz que Presidência “não é lugar de mulher”. Já na tesouraria observa-se uma maior participação, com 8 mulheres tesoureiras contra 101 homens, inclusive a partir dos anos 70. No cargo de secretaria verifica-se uma presença maior com 17 mulheres responsáveis pelo setor, contra 93 homens. Essa ausência relativa das mulheres do espaço público, e em especial no sindicato, tem a ver com a compreensão de que esse espaço é lugar de homem.

Na região onde se localizam os municípios da pesquisa identificou-se uma primeira experiência de mulher presidindo um sindicato – foi o caso de Maria de Jesus, no município de Jacundá, na década de 80, a primeira mulher a presidir um sindicato na região. Sem dúvida esta mulher enfrentou várias dificuldades, entre elas era o fato de ela ser mulher, como destaca Assis (2007:84):

No caso de Jacundá, quem liderou a oposição sindical²¹, foi uma mulher, o que tornou o caso ainda mais singular. A mulher trabalhadora rural, muitas vezes, subjugada histórica e culturalmente no espaço privado, sempre foi discriminada nos espaços públicos. Na esfera sindical, era considerada dependente do marido e não tinha direito de se filiar ao sindicato; na esfera das instituições governamentais, não era reconhecida como interlocutora para tratar de assuntos relativos aos filiados do sindicato. Apesar disso, a mobilização dos agricultores do município de Jacundá, com o apoio das CEBs e da CPT, elegeu uma mulher para secretária do STR, ainda numa direção *pelega*. Influenciada politicamente pelas CEBs e pelo PT, essa liderança sindical dinamizou as ações do STR de Jacundá ao desempenhar suas funções com independência em relação aos órgãos do Estado e aos políticos locais.

Nas palavras da própria sindicalista essas resistências se manifestaram de diferentes maneiras e em diferentes esferas: *Resistência entre os sindicalistas* [...] Aí eu comecei a assumir de fato o sindicato como presidente, aí veio que veio chumbo grosso. Por que alguns deles [...] que era um grupo minoritário, mas tinha os dele (do ex-presidente), não aceitaram ficar no sindicato, eu sendo presidente [...] diziam que não iam ficar em um lugar que mulher mandava.

Hoje na região sudeste do Pará, exemplos claro da organização das mulheres trabalhadoras rurais é o Fórum de Mulheres Camponesas do Sul e Sudeste do Pará, formado por representantes dos setores de gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI). Essa organização atua no sentido de fortalecer as organizações das mulheres agricultoras dos

²¹ “[...] Configura-se, então no estado do Pará, o Movimento de Oposição Sindical, que possibilitou modificações no sindicalismo paraense. STR’s e lideranças se forjaram nas lutas em torno da permanência na terra, na disputa pela direção do sindicato e no trabalho de” conscientização “dos trabalhadores”. Forma-se assim, uma nova identidade sindical na região, identificada como o sindicalismo cutista, que compreendia o sindicato como um instrumento de mobilização, reivindicação e transformação da sociedade [...]” Amaral citando Tura (TURA, 2000, p.275”

assentamentos, contribuindo no debate sobre as relações de gênero, na formação e emancipação das mulheres, estimulando iniciativas de geração de renda, e assim no empoderamento das mesmas.

3.2 - Da casa para o sindicato: “por que a luta não é só dos companheiros...”²²

A trajetória das mulheres posseiras é marcada pelo desenvolvimento de múltiplas facetas, problematizadas nesse trabalho. A análise será feita tentando estabelecer um olhar processual da atuação das mesmas, desde a migração para região e suas motivações, a chegada na região e os desafios encontrados (violência, as ocupações das terras etc), as estratégias de sobrevivência e resistência na terra e dentre essas estratégias a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais na região, pautados a partir do olhar e participação feminina.

3.2.1 “Lá foi assim um inverno muito difícil, então nossa roça num deu muito certo, nós fiquemos muito desaminado né, e viemos pra cá”: a migração

A migração é uma constante na vida das mulheres narradoras, conforme afirmamos anteriormente. Elas tiveram várias passagens por muitos lugares antes de se estabelecerem no sudeste do Pará, conforme revela as narrativas:

É o Pará pra mim, era assim, falar do Pará né, muitas vezes o povo falava que aqui era uns dos melhores lugares e meu pai, ele {veio} do maranhão, do Tocantins, estado do Pará, morando aqui também no Oeste do Pará, que é Itaituba ele correu sempre em busca de uma terra, porque ele é trabalhador rural, é né, hoje ele não executa mais a profissão, porque esta muito velho, mas a busca era um pedaço de terra, que ele pudesse trabalhar (Morena)

E, em 84 a gente mudou de lá dessa região [...] então a gente mudou de lá, meu pai veio pra o Alto Brasil, município de Grajaú e continuamos, meu pai continuou trabalhando na roça [...] foi lá onde eu me casei com o Nilton. E daí a gente saiu, foi morar no Nazaré [...] na época era município de Tuntun [...] acho que em 81, lá foi assim um inverno muito difícil, então nossa roça num deu muito certo. Nós fiquemos muito desaminado né, e viemos pra cá”[...] Muitos, muitos tinha um sonho né, de ter uma terra, pra que pudesse ter um pouco de cada coisa né, eu,eu, mesmo , era meu sonho de,de saindo do Maranhão pra chegar aqui e eu imaginava , eu imaginava assim, porque a gente via falar né, que no Pará tem muita terra.(Toinha)

²² Trecho de “Pra mudar a sociedade” canto de animação dos encontros de mulheres:

Esse processo evidencia que as famílias dessas mulheres tem uma trajetória de migração forçada por uma estrutura agrária que impossibilita o acesso a terra ou dela expulsa um contingente significativo de trabalhadores²³, que vêm na migração para Amazônia uma estratégia de se reproduzir econômica e socialmente.

MUSUMECI (1988:30), explica que o processo de colonização e de desenvolvimento da fronteira agrícola e do campesinato nos chamados vales úmidos do Maranhão que antes fora receptoras de camponeses de outra regiões, transforma-se em áreas expulsoras desse mesmo campesinato”. Assim todas as narradoras passaram pelo Maranhão antes de virem para o Pará. Ver narrativa : “Sou da Jaquerepara eu sou da aldeia de lá, Jaquerepara, eu morava em Fortaleza Ceará, eu nasci em Jaquerepara [...] eu vim com cinco ano de lá (Ceará para o Maranhão), do Maranhão eu vim pro Pará” (Maria).

3.2.2 “Mais home pra onde é que nois vamo? Nois não tem mais pra onde nois ir. [...] Então você não vai morrer aqui, viu. Aqui é que nois vamo ter que viver”: Chegada na região, ocupações e conflitos.

Ao chegarem na região o sonho da *terra liberta* das famílias de migrantes, se desfazia a medida que as dificuldades se apresentavam. As ocupações sempre foram marcadas por conflitos, uma vez que, “o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é justamente a situação de conflito social”, que marcou o processo de formação do campesinato na região, pois, quando “não há perspectiva de encontrar novas terras nem há perspectiva ou disposição de entrar na economia da miséria no interior da fronteira econômica geralmente começa a luta pela terra” (Martins: 1996) e como relata Dulcimar, no momento da ocupação da Fazenda Cristo Rei em Itupiranga:

Ele, o marido “falou assim: Dulcimar, vamo embora? Vamo embora daqui? Eu sei que eu vou morrer aqui! Falei assim: Mais home pra onde é que nois vamo? Nois não tem mais pra onde nois ir. [...] Então você não vai morrer aqui, viu. Aqui é que nois vamo ter que viver”.

²³ Hall (2003:96) citando Asselin (1982) “descreveu com grande com grande detalhe a difusão da grilagem pela região oeste do Maranhão, ao longo do vale do Pindaré, que se disseminou como função direta dos programas federal e estadual de construção de estradas e dos subsídios do governo aos fazendeiros comerciais. Esse movimento foi facilitado por uma lucrativa indústria que surgiu a fim de fornecer, a candidatos a proprietários, falsos títulos á terra, com a conivência das maquinarias judiciárias e administrativa do Estado (Foweraker, 1981). Tão intensa era essa atividade que se dizia que um político notório, João Paraibano “ vendeu duas vezes o estado do Maranhão”

Verifica-se o peso das mulheres na resistência na ocupação. Quando o marido quer desistir ela o encoraja a continuar. Isso é ilustrativo da efetiva participação na luta pela terra muitas vezes ocultadas por que lhe é negada a voz. Quantas outras vozes femininas estão silenciadas nessa contribuição da conquista da terra?

Observando a dinâmica de ocupação camponesa dos castanhais e fazendas, em São Domingos do Araguaia vemos o caso do Castanhal Cuxiú, ocupado em 1981, que se tornou um referencial para que outras iniciativas de ocupações ocorressem. Como afirma Hébette “... a organização do Cuxiú serviu como exemplo e de apoio a outras áreas vizinhas, como Almesção e Consulta.” (2004: 111) O mesmo autor relata detalhes desse acontecimento importante na história dos enfrentamentos dos camponeses da região:

“Os camponeses sem terra penetraram no castanhal Cuxiú, em 1981, foram recrutados em grande parte da vila São Domingos. Segundo os comentários recolhidos, a ocupação envolvia mais de duzentas pessoas. Esses camponeses foram diversas vezes expulsos, pela polícia, seus dirigentes presos, maltratados [...] A dureza dessa luta desencorajou, porem, muitos dos primeiros posseiros, reforçando a coesão dos mais decididos. Esses últimos organizaram sua resistência, tanto para montar guarda nos pontos de entrada e de saída do território adquirido e para impedir o acesso da polícia...”

Na fala de uma das narradoras desta pesquisa, a ocupação desse castanhal significou um momento importante para os/as posseiros/as, pois, foi a primeira grande ocupação de castanhal na região, além de ser um exemplo significativo da presença das mulheres na dinâmica de ocupação e resistência camponesas. Nesse caso destaca-se a participação da mulher como educadora e como posseira.

Eu cheguei, eu cheguei em São Domingos como eu falei né, em 72 e daí eu fiquei numa vila né, na vila São Jose e lá eu consegui trabalhar, trabalhar na parte da agricultura e parte em sala de aula e logo me casei fui mãe de filho e ai que o trabalho dobrou né, fiquei 10 anos, um bom tempo lecionando ai na vila, depois tinha uma área de assentamento que era o Cuxiú né, foi né, anos 80, anos 80 que nós mudamos, 83 mudei pro Cuxiú porque foi uma área de invasão, área de posse, o povo entraram para adquirir essa posse de terra, e lá eles exigiam uma pessoa para trabalhar na área da educação, né, e por isso meu marido foi pra lá, que foi um dos posseiros que entraram de início e meu marido foi, um foi pra la pra essa terra de ocupação e eu fui junto, isso em 81, mudei pro Cuxiú e lá fiquei, trabalhei, né, ficamos trabalhando na agricultura mais com muito medo, dos pistoleiros, com medo que era uma terra dos Mutran²⁴.(Morena)

²⁴ Família Mutran: uma das famílias representantes da elite local. Detentora de grandes áreas de castanhal no sudeste paraense

Após a ocupação os posseiros/as enfrentaram retaliação e ameaças por parte dos “donos dos castanhais” e a organização nasce como uma demanda de fundamental importância para a garantia da posse da área:

Nesse tempo tinha muita força da pistolagem né, e a gente entende que trabalhar a forma de organização, se organizar melhor, nessa área de posse fomos, formar uma vila né, por que tinha muito medo né, formemos, essa vila nós formemos também um sindicato, uma delegacia do sindicato dos trabalhadores rurais, porque por intermédio de uma entidade a gente fortalecia melhor, e ai a gente se uniu mesmo, era muito unido, nesse tempo porque fazia assim ou não conseguia a, a terra né. (Morena)

Até a tomada definitiva dessa área as dificuldades eram das mais diversas que iam da ação da pistolagem até a infecção por doenças que desestimularam a muitos:

Ai cada um dos posseiros né, nesse tempo é tinha, adquiriu 10 alqueires, para trabalhar né, e ai todo mundo, chegou a terra mais ai as dificuldades era grande, tinha conseqüência como, malária, como muitos, muitos [...] ate deixavam a terra e se mudavam, da, da área e outros que tinha perseverança né, ficava lá ate o fim.(Morena)

Além de vivenciar todo o processo de ocupação do Cuxiú, Morena nos relata como se deu a contribuição feminina nesse processo diante da presença masculina na ocupação, mostrando aspectos relativos à vida familiar e cotidiana no instante dos enfrentamentos e as dificuldades vivenciadas:

[...] Nessa época os homens tinha uma organização muito forte, era preciso né, em dados momentos ficar em vigilância né, vigiar mesmo, porque era polícia, era pistoleiro, era morte de posseiro, era isso, nós tinha que ficar, [...] esse sindicato, nós fazia reunião e, nós ficava nessa vila, [...] tinha uma barracão e nesse barracão nós fazia, nós ia fazer comida né, pra que os homens que tivesse lá em vigilância né, que eles quando chegasse tivesse a comida e também a gente conversava muito. Muitas mulheres era da diretoria e a gente dialogava muito, por exemplo, eu me recordo agora, uma vez que a polícia entrou, e que ia levando nossos maridos presos. Nós tivemos que fazer barreiras né, fazer barreiras na frente do carro da polícia.

Essa também é um das maneiras como as mulheres participavam desses momentos de luta. Observa-se que as ações das mulheres se dividiam entre as atividades domésticas, familiares, comunitárias, tecendo articulações com outras mulheres, instâncias, entidades de assessoria e pessoas para assegurar a liberdade de seus companheiros perseguidos pela policia elemento que corrobora a discussão principal desse trabalho que é ocultação da contribuição feminina no processo de luta pela terra, conforme evidencia a trecho da fala abaixo :

Nós tivemos que correr atrás de alguém que pudesse nos dar uma força como no caso de alguém da CPT, Ademir Martins, Ademir Andrade que naquela época era deputado estadual né, nós mulheres, os homens, ficavam em tocaia, nós ficava lá, fazendo alimentação pra eles, nós ainda corria pra fazer alguma coisa pra que a polícia não levasse nossos maridos naquela época e nem os nossos amigos, nossos companheiros que estavam lá, e era assim que a gente foi ganhando força né, por exemplo, quando eles eram que, tava de tocaia mesmo porque não podia deixar de ligar né, porque eles eram fortemente armados e nós tinha momentos que até oração, nós ficava ajoelhado fazendo oração pedido a força a Deus pra que livrasse daquelas coisas né, foi assim muitas horas, muito medo, muito medo, passamos muito medo, ora deixava os filhos dormindo em outro lugar, mas tinha que se reunir, tinha que reunir porque era muito difícil mesmo (Morena).

Enquanto os maridos ficavam de tocaia e entrincheirados, as mulheres tinham que garantir o funcionamento da ocupação no sentido até de não deixar vaziar informação sobre as lideranças do movimento:

Eles chegavam com toda estratégia pra vê se ia, se ia colher informação, eu me lembro que uma vez foi dois, eu tava, eu estava na escola quando de repente, lá vem os helicópteros, lá vem, lá vem, e tinha assim fazenda do seu Amiel e eles pousaram lá e os meninos eu não segurei na sala de aula e os meninos correram tudinho pra lá, pra vê os helicópteros, chegou lá era o Exército né, o Exército e a primeira coisa que ele perguntava, quem era Dona Olindina, quem era Dona Olindina, e eu disse sou eu né, a Dona Olindina é a senhora?, e aí quando eu disse que era eu, ele foi perguntando e o Vicente Buera, quem é o Vicente Buera, quem é o Goda, e ficava perguntando né, e perguntando cadê e um saiu foi perguntar pros outros lá, cadê as armas, cadê no seu quê, e os menininhos dizia não, não tem armas, porque a gente fazia, já implantava na cabecinha deles tudo isso, pra omitir a dizer que tinha arma, pra se omitir [...], eles não diziam não, o papai não tem arma, mata as caças com que aí?, quando a gente via eles perseguindo as crianças a gente corria pra lá, e começava a tomar a conversa e falava diferente

As mulheres no Cuxiú²⁵ tiveram papel impar, na articulação de saídas para enfrentar as retaliações e as ofensivas contra os ocupantes dessa área, assim asseguraram a conquista do castanhal:

Era uma força maior contra uma menor, que precisava ter força né, e muitas vezes é nos tinha de vim pra São Domingos, pra entrar em contato com aquelas pessoas que estavam em volta da gente, que um tinha conhecimento a mais que nós e que poderia nos ajudar e assim né, muitas vezes a gente foi chamado. Uma vez eu me lembro que baixou um helicóptero cheio de policiais e os homens se escondiam né, as mulheres que foram receber porque realmente né, eles chegavam os homens ficavam em volta né, porque nós íamos receber esses policiais que iam conversar, era muito difícil né, porque eu me lembro que eu era, tava em sala de aula e que era assim como liderança, tinha assim mais três sim igual eu.

²⁵ “Cuxiú porque era área de, de castanhal, já era o ponto de castanha dele, já era Cuxiú, diz que lá tinha muito macaco, macaco Cuxiú” (morena)

Morena ressalta que além dela existia mais outras três mulheres que eram lideranças e, portanto acumulavam funções de educadoras, agricultoras e militantes da organização sindical. Enquanto diversas mulheres estavam engajadas nas lutas, ainda existia a submissão aos maridos, “eu queria participar dos movimentos, mas me sinto dominada pelo marido, que não deixa participar Morre de ciúmes e não confia em mim. Por isso, me sinto muito triste”²⁶.

Essa situação era constantemente combatida pelas militantes que já estavam engajadas conscientizando as demais da necessidade de se organizar, como expressa a idéia contida no trecho de um canto de animação dos encontros promovidos por elas: “mulher tu sai da cozinha vem ocupar teu lugar”.



Figura 1 – Charge que retrata a sobrecarga de trabalho. (Cepasp/Movimento de Mulheres do Araras)

A figura acima foi reproduzida de uma cartilha do Movimento de Mulheres do Castanhal do Araras, no município de São João do Araguaia para ilustrar o debate sobre a sobrecarga de trabalho das mulheres na pauta das mulheres camponesas e portanto a necessidade das mulheres ocuparem espaço público

Outras mulheres também participaram dessa ocupação na condição de lideranças como “a Maria do Vicente, a Dona Conceição, que inclusive já faleceu, a Maria do Vicente, a Dona Conceição, a Helena do Domingos” (Morena), mostrando que a contribuição feminina foi expressiva, pois, “as mulheres serviam como mediadores a seus maridos, no período de conflitos, mesmo com medo cuidavam da casa, da alimentação, das crianças, da roça e também das orações” (SILVA, 1992:24):

²⁶ Entrevista de Maria de Fátima contida em SILVA, Maria do Carmo. A mulher trabalhadora rural e a pequena produção. Trabalho de conclusão de curso, 1992

Aí que não tem mesmo pra onde correr, o meu pensamento né, era assim fazer a janta essas horas assim, né essa hora assim e tinha que comer cedo, lavar as vasilhas e enfiar dentro da parede de palha porque quando ele chegar não vê os pratos, nem as colher pra ele achar que não tinha ninguém era assim um medo, na casa do vizinho, tinha um vizinho assim perto, chamado seu Bacaba, e aí eu botava o feijão no fogo de manhã, botava o feijão no fogo e corria pra casa do seu Bacaba, quando eu chegava lá, botava muita água no feijão, socava muito fogo de lenha, que era pra ficar lá cozinhando e eu lá mas era medo de vim olhar (Morena)

A narrativa acima mostra o quanto que a violência era constante e as mulheres viviam em meio a essa situação com medo, mas criando formas de enfrentamento como o retratado acima quando narradora escondia utensílios domésticos nas paredes de palha para enganar os pistoleiros ou policiais, pois, se os mesmos não vissem sinais de pessoas habitando o lugar deduziam que lá não morava ninguém, cuidando da casa sem esquecer debate político. A década de 80 foi uma década de muita violência no campo, que atingiam direta e indiretamente as mulheres.

3.2.3 Violência contra as mulheres: indireta e diretamente

a) “Às vezes, o marido tinha que sair, se esconder porque o cara tava procurando ele pra matar. E a mulher tinha que ficar agüentando a barra em casa com os filhos, tomando conta de tudo”: a violência indireta.

Nesse subitem trataremos da violência sofrida pelas mulheres que classificamos como direta e indiretamente. Chamamos de violência indireta aquela que não era direcionada especificadamente para as mulheres e sim contra seus companheiros, filhos ou outros membros da família.

A violência do assassinato dos maridos e filhos que em si já é uma situação de extrema dificuldade emocional, fazia com que as posseiras tivessem que assumir todas as atividades, além das normalmente assumidos como as domésticas e familiares. Nesse caso elas assumem o papel de pai e mãe, dar conta da esfera econômico da casa, assumindo as despesas de sustentação da família sozinha. Às vezes conta com a solidariedade de amigos, vizinhos e parentes e outras vezes não. Elemento confirmado no trecho da entrevista abaixo concedida a Hébette:

As vezes ela é sozinha ,ela é uma viúva;ela tem a casa cheia de filhos pequenos e não tem condição de pagar , e ela é obrigada a se submeter com o machado a derrubar a mata. E ela mesmo é quem faz a roça do começo ao fim, até quando colhe. (2004:228)

O livro *as Viúvas da Terra* (2004) de Klester Cavalcante, traz algumas histórias dessa violência indireta cometida contra as mulheres. O presenciamento e o reflexo da violência deixam marcas profundas nessas mulheres, como foi o caso do assassinato de Clésio e Sebastião, filho e pai respectivamente no município de Goianésia/PA em 1987:

A cerca de dez metros da cena, Maria de Jesus ouviu os disparos e viu o corpo do marido com quem vivera por mais de 18 anos, tombar sem vida. Ela guardaria para sempre na memória a estranha expressão que leu naquele momento nos olhos de Sebastião: um misto de pavor, por saber que estava morrendo e alívio, como se sua morte fosse trazer tranqüilidade para sua família [...]o bandido jogou o corpo de Clésio sobre o corpo de Sebastião[...] ao mesmo tempo, os cinco assassinos , alvejaram pai e filho [...]Desde o dia em que perdeu marido e filho de uma só vez, bem diante de seus olhos, Maria jamais teve uma noite de sono tranqüilo [...] O trauma jamais foi superado. Ela não consegue se alimentar direito, só fala aos gritos e entra em pânico se um dos filhos – já todos adultos – passa um pouco da hora de chegar em casa” (2004:28-29)

Em outro caso ocorrido em Marabá, a morte do marido dificultou seriamente a subsistência da família, pois, grande parte, era ele quem organizava a vida produtiva e econômica da mesma, a ausência dele provocou a privação de toda ordem a mulher e seus filhos:

Os armários e as panelas de alumínio estavam vazios. Os dois últimos pães, comprados três dias antes, haviam sido divididos em seis pedaços e servido como almoço para a família [...] não suportava mais pedir almoço aos vizinhos [...] Com José²⁷ em casa, por maiores que fossem as dificuldades jamais faltava comida nas panelas (CAVALCANTE, 2004 : 89-90)

E quando se trata de violência, ela se manifestava de diferentes maneiras sendo ela às vezes, sexual, física, psicológica ou patrimonial, fruto de ameaças e perseguições a elas e a seus companheiros conforme narrativas abaixo:

As vezes, o marido tinha que sair, se esconder porque o cara tava procurando ele pra matar.E a mulher tinha que ficar agüentando a barra em casa com os filhos, tomando conta de tudo {...} as vezes chegava pistoleiro; perguntando por ele (o marido) estava. Dizia: ”Está viajando, está em tal lugar;não sei quando volta”.As vezes ele estava dentro de casa, mas escondido. A mulher tinha que agüentar toda essa barra, sabendo que ela podia até ser também assassinada, como aconteceu, as vezes , várias torturas, casas queimando. (Entrevista concedida a HÉBETTE, 2004:227)

²⁷ Camponês assassinado em 1987

Diante dessa situação de conflitos e disputas pela terra as mulheres não só resistiam como enfrentavam as situações, se organizando, garantindo as atividades cotidianas das ocupações, denunciando tendo a família sempre como referencia:

As mulheres reagiam muito bem, sabe, porque foram uma força muito importante naquela época . Quando vários grupos de trabalhadores rurais sem terra, ocupavam as áreas, as mulheres tinham a coragem de se reunir, todas as mulheres daquele grupo e ir também dentro da área , não deixando só os maridos ficarem lá dentro. Ela também ficava lá dentro, correndo o risco de perder a vida com seus filhos (Entrevista concedida a HÉBETTE, 2004:227).

Observa-se através das narrativas que elas resistiam a todos os tipos de perigos e desafios juntos com seus maridos as situações de conflitos nos momentos de ocupação da terra. A partir dessas narrativas podemos perceber o grau de responsabilidade que recaíam sobre essas mulheres, que além de tudo tinha que garantir a segurança sua e de seus filhos:

Era difícil, foi muito difícil, que de repente você tava aqui, quando pensava que não chegava aquele monte de gente tudo armado: aí entrou uma turma de pistoleiros e as companheira curria com as crianças, dentro daqueles panacu, com panela de arroz e. aí misturam tudo, elas curriam e saiam, botava as crianças dentro do panero, dentro, tudo misturado assim (*Dulcimar*)

Aí no que eu entrei , eles passaram por mim. Aí deram voz de prisão pra ele. Aí eu escutei quando ele falou assim: qual é o motivo que estou preso ? Aí ele falou: “não conversa”. Ele perguntou e disse: “prepara a roupa dele”. Aí no que vou virando, estava o revolver em cima de meu ouvido. Aí fiquei parada sem saber o que eu fazia. Aí eu saí pela porta da cozinha e fiquei em pé pensando de voltar e pegar as crianças; estavam todas dentro de casa... Aí eles começaram a atirar e não pude mais entrar [...] deram 5 tiros nele, inclusive um no umbigo. Quando atiraram nele... Aí quando ele caiu, ele fez assim com a mão; aí ficou de... E o menino falando pra ele: “pai, levanta, pai”, estava com 8 meses de gestante; perdi a crianças. (HÉBETTE: 2004:237)

b) “A mulher tinha que agüentar toda essa barra, sabendo que ela podia até ser também assassinada, como aconteceu”: a violência direta

A violência direta contra as mulheres posseiras normalmente passa despercebida nos registros dos conflitos agrários. Do ponto de vista numérico os assassinatos, agressões físicas, ameaças foram feitas mais expressivamente aos homens, no entanto isso não diminui a gravidade da questão. Vale ressaltar que a violência praticada contra as mulheres se insere em um quadro de fortes conflitos pela terra e não deve visto desconectado dele que atinge tanto homens como mulheres.

A década de 80 foi um período extramente violento no campo em especial na região chamada de “Bico do Papagaio” que abrange os estados do Pará (região sudeste), Maranhão (Mearim e Itapecuru e Imperatriz) e Tocantins (ao norte), onde a disputa pela terra e os recursos naturais foram e são intensamente alvo de conflito.

Não obstante, os conflitos pela terra ocorrerem em regiões que são rota de migração de camponeses/as, atores ativos no processo de avanço da fronteira agrícola. Quando esses trabalhadores chegam às áreas encontram uma estrutura agrária marcada pela concentração que explica em parte a existência da violência praticada contra esses trabalhadores/as, uma vez que:

A acumulação de propriedades na área²⁸ tem sido, em grande parte, função do grau de violência e intimidação empregado pelos grandes donos de terra, tanto para prevenir que o posseiros, ocupem suas propriedades quanto para grilar as terras as terras dos camponeses, em um processo fortemente encorajado pelos subsídios oficiais (HALL, 2003:98)

Portanto há uma relação muito próxima entre a concentração de terras e a violência rural. Hall afirma que no Bico do Papagaio as regiões onde a concentração fundiária é acentuada, as taxas de violência são altas, principalmente durante os anos de 1985-86.

É nesse contexto de violência no campo, que a agressão contra as mulheres se materializa, inclusive com requinte de crueldade. Essa situação levou em 1987 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) a encomendar em conjunto com a Coordenadoria de Conflitos Agrários ligado ao antigo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário - MIRAD um levantamento denominado “Violência contra mulheres e menores em conflitos de Terras”²⁹, realizado a nível nacional, que aponta vários casos de agressão as mulheres.

Segundo o relatório, durante todo o de 1985 e entre janeiro e setembro de 1986, foram assassinadas no Brasil 29 mulheres em conflitos agrários. Desse total, os assassinatos de mulheres os ocorridos em “1985 representa 6,2% dos mortos naquele ano. Compreendem situações em que se verificam atos de violência caracterizados por sevícias, delitos sexuais, estupro e lesões corporais resultantes em assassinatos e suicídios” (Relatório, 1987).

²⁸ Área de influencia do Programa Grande Carajás (PGC)

²⁹ Arquivos do CEPASP

De acordos com os dados levantados pelo relatório, no Pará foram registrados 11 assassinatos de mulheres. Dessas, nove eram trabalhadoras rurais, as outras duas, uma era freira³⁰ e a outra foi classificada como proprietária, conforme o observado na tabela.

Tabela 03
Mulheres mortas em conflitos de terra entre janeiro de 1985 a novembro de 1986 – Estado do Pará

Data	Nome	Profissão	Observação sobre o caso	Fonte	Município
04/1985	Carmem Lucia da Silva	T R ³¹	Diante das ameaças feitas por pistoleiro, se suicidou/ Fazenda Joncon	CPT	Conceição do Araguaia
14/04/1985	Adelaide Molinari	freira	Assassinada em atentado ao delegado sindical Arnaldo	CPT/ CONTAG	Marabá
23/05/1985	Leonides Resplandes da Silva	T R	Foi estuprada e depois assassinada teve o corpo queimado por pistoleiro na Fazenda Surubim	CPT/ CONTAG	Xinguara
13/06/1985	Francisca da Souza	T R	Adolescente assassinada por pistoleiro na chacina da Fazenda Ubá, estava grávida	CPT/ CONTAG	São João do Araguaia
06/1985	Não Identificada	T R	Tinha 40 anos, sendo assassinada por pistoleiro na Fazenda Fortaleza	Jornal do Brasil/CPT	Xinguara
06/1985	Não Identificada	T R	Tinha 14 anos, foi estuprada e depois assassinada teve o corpo queimado por pistoleiro na Fazenda Fortaleza	Jornal do Brasil/CPT	Xinguara
06/1985	Não Identificada	T R	Tinha 16 anos, foi estuprada e depois assassinada teve o corpo queimado por pistoleiro na Fazenda Fortaleza	Jornal do Brasil/CPT	Xinguara
14/05/1986	Maria Antonieta de Souza	Proprietária	Assassinada por pistoleiro	O Globo/Jornal do Brasil	Itupiranga
12/09/1986	Eliza Santana de Oliveira	TR	Sem dados	STR	Paragominas
24/09/1986	Maria da Conceição Oliveira	T R	Grávida, morreu durante despejo violento na área indígena Mãe Maria	CONTAG	Marabá
17/12/1986	Doralice Pereira Cordovil	T R	Assassinada por pistoleiro	CPT/Belém	São Caetano de Ovelas

Fonte: Tabela produzida a partir do Relatório – Violência contra mulheres e menores em conflitos de terra, MIRAD/CNDM, 1987

³⁰ A freira a quem o relatório se refere era Irmã Adelaide Molinari, que “nasceu no dia 2 de fevereiro de 1938, na cidade de Garibaldi, Rio Grande do Sul. Mudou-se, ainda pequena, com sua família, para Palmeira das Missões. Descobriu sua vocação religiosa e com o apoio dos pais foi morar com as Filhas do Amor Divino.[...]. Ela se dispôs a trabalhar nas Missões no Pará. No dia 8 de abril de 1983 chegou em Eldorado dos Carajás com mais duas irmãs. O delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, Arnaldo Delcídio Ferreira, era alvo de ameaças de vários fazendeiros. No dia 14 de abril de 1985, Arnaldo foi ao encontro de Irmã Adelaide, que havia cumprido sua missão no Pará e estava na rodoviária de Eldorado de partida para Curionópolis, se despedir. Enquanto conversavam, em meio a muita gente, um pistoleiro disparou um tiro contra ele. A bala atravessou o tórax de Arnaldo e atingiu a irmã no pescoço. Adelaide não resistiu e morreu”.

Disponível em <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1501&eid=169>, acessado em 05 de junho de 2008

³¹ TR - Trabalhadora Rural

Além dessa violência não ter visibilidade, o que mais chama atenção é como as diversas formas de violência se apresentam: i) patrimonial quando os pistoleiros queimam casas e utensílios domésticos e de trabalho; ii) psicológica através de ameaças provocando casos de suicídios conforme observado na tabela; iii) sexual como assédio e estupro; física em alguns casos contra a vida.

Alguns desses casos aconteceram com requintes de crueldade, como a queima dos corpos, como aponta o relatório:

“Francisco Pereira Moraes, lavrador, morava em Xinguara. No dia 23.05.85, os pistoleiros da Fazenda Surubim (de João Almeida Nelito), assassinaram este lavrador, violentaram sua mulher Leonildes Resplandes da Silva, depois a assassinaram e queimaram seu corpo” (1987:23)

Nesse contexto, o relatório apontou uma conclusão alarmante “o respeito pela figura da mãe, da irmã, da esposa, da comadre e da vizinha, transfigura-se em ódio extremo, levando a necessidade de não apenas matar, mas antes violentar a vítima e de queimar seu corpo” (1987:23)

As áreas de ocorrência de violência contra as mulheres não se diferenciam dos demais casos quando observamos a relação entre violência e concentração fundiária, questão abordada anteriormente nesse capítulo.

Segundo o relatório, os imóveis rurais onde ocorreram os casos “apresentam baixos índices de utilização da terra e de eficácia de exploração” (1987:16), conforme o observado no quadro abaixo:

Tabela 04
Imóveis rurais onde constam ter ocorrido violência contra mulheres no sudeste paraense

Imóvel	Área	A.A.N.EXP ³²	GUT	GEE	C	Município
Faz. Surubim	8.800,0	30,0	0,996	1,000	E	Marabá-PA
Faz. Santa Tereza	83.947,0	0,0	1,000	1,000	E	Redenção - PA
Castanhal Ubá	4.289,0	0,0	1,000	1,000	E	São João do Araguaia
Castanha Fortaleza 01 légua	3.600,0	50,0	0,972	1,0	E	Marabá-PA
Castanha Fortaleza 02 légua	3.600,0	185,0	0,897	1,0	E	Marabá-PA
Faz. Pedra Furada	2.989,6	0,0	1,000	1,000	E	Marabá-PA

³² A.A.N.EXP (Área agricultável não explorada), GUT (Grau de utilização da terra), GEE (Grau de eficiência de exploração) C (classificação), E (empresa) X (latifúndio por exploração).

Faz. Princesa do Itacaiunas	3.600,0	1.465,0	0,144	1,0	X	Marabá-PA
Faz. Princesa do Itacaiunas	3.600,0	3.100,0	0,139 44	0,911, 0	X	Marabá-PA

Fonte: Tabela produzida a partir do Relatório – Violência contra mulheres e menores em conflitos de terra, MIRAD/CNDM, 1987, pág. 17

A análise do referido relatório aponta que dos casos de assassinatos, ameaças, despejos violentos, estupros, podemos chegar a conclusão que a região do Bico do Papagaio se configurou como a área de maior ocorrência de atos violentos contras as mulheres no Brasil, com significativa participação da região sudeste do Pará.

3.2.4 – “Eles tinham, muita força, mas a gente queria ter uma força maior e por causa disso nós nos unimos, por intermédio do sindicato, e fizemos uma revolução né,[...] pra quem tem dinheiro, pra quem só tinha força né, nós fizemos mesmo uma tomada da terra: Mulher e sindicalismo

Os anos 80 foi uma década importante para se analisar o processo de organização sindical dos trabalhadores/as rurais do sudeste do Pará, pois, é nesse período que se intensificam a ação de resistência e enfrentamento dos movimentos sociais do campo frente às investidas da oligarquia agrária da região.

Nesse contexto, os sindicatos de trabalhadores/as rurais tornaram-se instrumento de resistência institucionalizada³³ essencial na luta pela terra. Nesse contexto observa-se o apoio de outras instituições ao movimento sindical como partido político, a Igreja Católica através de alguns de seus padres e freiras foram fundamentais nesse processo, ou de centros de formação e assessoria como o CEPASP.

Nas ocupações das áreas de castanhais a idéia do sindicato toma força, à medida que as necessidades se apresentavam aos/as posseiros/as porque a elite castanheira da região tinha “muita força, mas a gente queria ter uma força maior e por causa disso nós nos unimos, por intermédio do sindicato, e fizemos uma revolução né [...] pra quem tem dinheiro, pra quem só tinha força né, nós fizemos mesmo uma tomada da terra”(Morena) .

Dentro das áreas ocupadas a discussão do sindicato, através das delegacias sindicais começam a se firmar, mesmo com muita resistência de alguns trabalhadores/as, que tinham uma

³³ Essa noção de resistência institucional é de Antony Hall (2003)

visão negativa da atuação em sindicato “quando a gente chegou pra lá é, encontrei uma aldeia de índio brabo³⁴ [...], não queria falar de sindicato [...] achava que sindicato era uma coisa que só servia pra atrapalhar, pra gerar briga, pra essas coisas assim não queriam saber de organização.” (Toinha)

No entanto diante da necessidade as formações das delegacias sindicais na região de São João do Araguaia avançavam, ao passo que o trabalhado junto às famílias se intensificava:

“mas nós tinha que implantar a delegacia , e eu já, já, participava , então a pessoa mais indicada era eu pra começar né, a conversar com o pessoal , a fazer , a se associar . Aquele um lá, que se interessasse , a gente ia conversando aos poucos seu Almir foi muitas vezes lá, o Goda né, a Renilde tentando conscientizá-los, porque precisava realmente né, é de uma organização e era a entidade representativa que pudesse, que podia representar os trabalhadores”. (Toinha)

Nesse contexto as mulheres vão se inserindo nas atividades sindicais. Guerra (1991:142) pontuou que nas organizações sindicais camponesas “é relevante a participação das mulheres destacadamente nos municípios de Jacundá e São João do Araguaia”, participação essa, resultante de um processo de abertura para inserção das mulheres nas instâncias de direção sindical, provocado pelo amadurecimento do debate político da necessidade de organização que leve em consideração os elementos das relações de gênero:

“Com certeza a gente no sindicato [...] muitas mulheres se associaram e nós trabalhamos muito essa questão do, do direito das mulheres né, fizemos muitas reuniões e primeiro nos fizemos o trabalho muito, muito bom com as mulheres , justamente mostrando pra elas que nós somos, quem somos nós mulheres, quem nós somos e o que devemos fazer né, porque, em relação aos homens , nós temos que participar , nós temos que está junto, [...] os nossos marido fizer, então nos fizemos nessa época uma revolução né, na, na delegacia, no sindicato né, sempre né, tinha uma diretriz de trabalhar com as mulher e pra isso nós tivemos muitos encontros , muitas reuniões, relação as direitos iguais né, é em relação a, a até isso mesmo os financiamentos, tinha, a mulher sem marido não tinha que ter o direito ao financiamento, por que ela não tinha marido, até isso nos conseguimos avançar, conseguimos conquistar, conseguimos e a dizer que a gente também era gente né” (Morena)

A partir daí as mulheres começam a ocupar cargos no sindicato construindo uma longa e intensa jornada de luta o que reflete diretamente em toda a rotina de vida dessas camponesas, especialmente na relação familiar com os filhos, com o marido e outros:

“eu fui, diretor tesoureira do sindicato é ... por muito tempo né, [...] diretoria, tesoureira , depois passei mais quatro anos tesoureira do sindicato outra vez e passei quatro anos secretária até

³⁴Índio brabo: a própria narradora defini índio brabo como: pessoas que não “queria saber de organização”.

quando outras pessoas preparadas assumiram né, a diretoria né, a diretoria do sindicato e muitas mulheres” (Morena)

Essa narrativa demonstra que as mulheres assumiram a diretoria do sindicato em cargos de significativa responsabilidade como tesouraria, funções que assumiram por anos a fio.

“Nós chegamos, a gente não tinha entrosamento com o negocio do movimento né, mesmo sendo filha de lavrador e esposa de [...] lavrador, mas gente não tinha aquele, aquele entrosamento com o movimento né,, aí depois disso, a gente passou a si entrosar, no movimento porque a gente achou que tinha necessidade né, que era o meio mais fácil de nois alcançar o que nois queria [em virtude disso] fui delegada do sindicato lá na região da Cristo Rei” (Dulcimar)

A voz da delegada sindical reafirma a necessidade de assumir esse papel político público quando vislumbra o movimento como meio mais fácil de conseguir a terra.

“é em relação a minha participação né, como mulher eu considero assim , que tive em tudo né, desde a venda do lote, na compra do lote, da, da, de consegui o lote né, a gente sempre teve essa participação , nos movimentos sociais, é eu trabalhei no sindicato desde, aí nem sei mais o ano, quando eu morava nos Cróá né, eu fui a delegada de lá e depois antes de vim eu já, fui, passei, é participei da diretoria do sindicato de São João né, na época seu Almir era o presidente e depois a gente criou o nosso né, e tive a honra de ajudar a criar o nosso sindicato, fui secretaria da Caixa Agrícola como conselheira fiscal , então eu acho que dei a minha contribuição” (Toinha)

Toinha faz questão de enfatizar sua participação em *tudo né* como mulher, ressaltando ainda os muitos anos de atuação no sindicato e *aí nem me lembro mais o ano* , quando morava nos Croá, como delegada sindical, como diretora do STR de São João do Araguaia e destaca orgulhosa que *teve a honra de ajudar a criar o nosso sindicato*, referindo-se a fundação do STR de São João do Araguaia quando o município é desmembrado de São João do Araguaia, momento registrado na foto 04.



Foto 04: Toinha na coordenação da assembléia de fundação do STR de São Domingos do Araguaia em 1992

Esse debate da necessidade da participação das mulheres, de sua conscientização perante os desafios tanto na condição de trabalhadora rural como de mulher, se aprofundou a tal modo que se chegou conclusão que não só as mulheres deveriam ser trabalhadas, mas, também os homens, entendendo que eles também precisavam ser “libertados”:

“ Primeiro nós reunia nós , fizemos vários encontros só mulher e depois chegou a conclusão, porque muitas vezes a gente vai conversando , *conversando e junto com os homens sempre dá atrito no início . então nós fizemos varias reuniões só a gente pra vê quem somos nós , quando nós se aprontamos, aí nós *buscamos eles pra fazer uma reunião mista onde ia eu e ele pra confrontar*, eu me lembro, confrontar, concordar , discordar, eu me lembro até de uma certa feita né, que aa gente fez um encontro e fomos mostrar o que era uma companheira, um companheiro né, e eu me lembro que tinha seu Dominginho, *seu Dominginho Vieira que ele disse que naquele dia que ele ia entender que ele não foi um bom companheiro pra mulher dele, que ele sempre quis ser o machão, o primeiro a sempre queria ordenar, agora aquele dia ele tava reconhecendo , chegou a pedi perdão a esposa dele né, foi massacrar sem entender que ele estava massacrando que pra ele bater é tinha que pegar um chicote ou então uma porrada né, [...]* eu sou o tal e só ele tinha direito”*(Morena) (Grifo meu)

Essa inclusão dos homens no debate partiu do entendimento que os homens atuam de forma mandonista e autoritária porque sociedade lhes ensina a agir dessa maneira, eles são vítimas tanto quanto as mulheres da matriz formativa do sujeito social, baseada na dominação que atinge tanto homens quanto as mulheres, “pois ele ou ela interiorizou, na forma de esquemas inconscientes de percepções as estruturas sociais históricas da lei masculina” (BOURDIEU, 2003:13). Observa-se na narrativa que as mulheres perceberam que precisava formar novos homens e mulheres, provocar a construção de uma outra concepção relação homem/mulher para que eles compreendessem o que é ser homem e ser mulher, logo como efeito desse debate um homem que participava do encontro misto se dizia arrependido por não ter sido *um bom companheiro pra mulher dele, que ele sempre quis ser o machão*, usando de sua “autoridade” Outro elemento muito forte na narrativa é violência doméstica muito comum entre as mulheres do campo como enfatiza a narrativa.

Esse debate foi fundamental para garantir a inserção das mulheres nas organizações, pois, possibilitou ampliação do debate onde se questionou a dominação masculina que historicamente foi responsável pela “fabricação social do nosso corpo, das formas simbólicas com as quais construímos o mundo, mas que, tendo-se originado desse mundo, estão o mais das vezes em concordância com ele” (Bourdieu, 2003:14) tendo que ser questionada de forma que não se contribua para sua perpetuação.

“muita vezes porque isso é do homem mesmo , os homens que estão aqui que me desculpe, mas é do homem mesmo ele já tem aquele macho guardado dentro dele é preciso que a gente vá conquistando espaço e vai mostrando pra ele que a gente é igual a ele ,que a gente [...] uma mulher qualquer fraguimentada , mas uma mulher que tem que ter consideração, os companheiros tratavam a gente como coitadinha, sempre assim como coitadinha, ta li tem que amparar né, porque eu que sou o tal , é a gente encontra isso até hoje, você pode sentir que os companheiros de trabalho sempre tem isso porque o homem tem que se libertar desse machismo que ele carrega dentro dele e muitas das vezes não é só os homens , até a mulher, a tendência dela a questão do e nem observa né, é preciso que o homem se liberte desse machão que ele tem dentro pra poder entender que eu, evolui que nós somos iguais” . (Morena) (Grifo meu)

A narrativa destaca o olhar do diretor sindical sobre as mulheres, ela é vista como “coitadinha” que precisa de amparo, revelando o olhar pré-conceituoso socialmente construído fruto de um aprendizado social, como enfatiza Bourdieu (op.cit). O homem é formado para mandar, determinar e a mulher para obedecer, ser dirigida, protegida, *dominada* , dentro do sindicato não é diferente

A presença das mulheres no sindicato não era vista com bons olhos a compreensão era que “mulher, essa mulher não faz isso, mulher não serve para fazer isso, mulher com, com direito faz, faz besteira... mulher sempre apontada” (Morena).

Ao se buscar problematizar o debate sobre o papel político das mulheres na luta sindical e a sua respectiva inserção resultou em diferentes conquistas:

“eu pra mim, foi as mulheres conseguir nesse, nesse tempo [...] quem era casada ia receber o financiamento , nós conseguimos que as mulheres viúva, mulheres separadas também tivessem direito, foi uma das vitórias, outra vitória né, foi aquela mulher que tava lá na cozinha, não que eu não vou pras reuniões porque eu tenho a minha casa pra varrer, que eu, tenho a minha, minha comida pra fazer, meu neném pra cuidar, quando ela soube, quando ela entendeu que ela, ela também tinha que participar, que ela,ela era um elemento importante, quando ela deixou a cozinha, quando ela deixou o filho , quando ela soube conciliar, associar né, não é que deixa, mas quando ela soube né , conciliar isso, hoje eu sou mãe, hoje eu sou, eu limpei meu fogão, hoje eu limpei a minha casa, mas eu to lá no sindicato na reunião, to na reunião de mulher, porque eu sou um elemento fundamental, então foi aí uma das vitórias quando aquelas que nem sabiam o que era , chegou a dizer que hoje eu sei , hoje eu sou, essas foram uma das vitórias maior né , que pra mim” (Morena) (Grifo meu)

Perguntada sobre quais seriam as maiores conquistas obtidas ao longo da luta das mulheres na região, Morena considera que uma das suas maiores vitórias, vou trazer a mulher para participar. Fala de um aprendizado, de conciliar tarefas domésticas da esfera privada – a casa – com as atividades políticas e sem deixar de cumprir o que lhe é socialmente atribuído, o cuidado com a casa. O aprendizado feminino foi tamanho, no caso de São Domingos do Araguaia

a maioria da diretoria era mulher como ressalta Toinha: “O nosso sindicato, foi assim o sindicato, mais assim, que teve a maior participação das mulheres, era mais de 50 % da diretoria era mulher” .

Essa entrada nos espaços de decisão é resultado não só do debate dentro do sindicato, mas de uma discussão que para algumas delas se inicia na atuação em outros espaços, como a Igreja Católica que durante anos teve uma participação fundamental na mediação dos conflitos agrários e na formação de militantes camponeses:

“Quando eu cheguei, eu já encontrei as militantes mulheres, que a dona Maria já tava lá pra Metade né, era militante, eu já achei Metade, porque ela já era pessoa, que já fazia trabalho né, era militante. Eu já achei Dona Mariana e outras, a Morena, Cledineuza, a Lucimar, a Creuzimar, então, eu já achei essas mulheres, já de certa forma [...] participando né, de movimento social, na Igreja, então quando começa na Igreja [...] ia parar no sindicato, porque a Igreja trabalhava a conscientização né,[...] pra, que as pessoas tivessem que se mobilizar, se organizar[...] na época tinha, o padre Roberto né, acho que vocês conhecem, não sei se Margarida conhece, o Padre Roberto, a Irmã Odete que dava muito apoio nessa , nesse trabalho, então eu acho que foi fruto né, desse trabalho que, que, foi feito a traves da Igreja que as mulheres chegaram lá, né a ocupar né, o sindicato, eu digo assim, fazer parte, dirigi né, dirigi o sindicato de São Domingos, porque na época a diretoria era praticamente todas mulheres” (Toinha) (Grifo meu)

A importante contribuição da Igreja Católica na conscientização das mulheres como relata a narradora, começa com Igreja e depois vai para o sindicato. A Igreja que ela se refere é uma congregação francesa chamada de Oblatos de Maria que teve atuação fundamental na organização sindical nessa região desde a época da Guerrilha do Araguaia.

3.2.5- “Cansei de quebra coco, pra sustentar ele no sindicato”: Trabalho, família e militância

Essa inserção na luta sindical não significa a divisão das atividades domésticas e familiar como relata uma das narradoras. As atividades das mulheres se dividiam em articular as ações do sindicato, trabalho no roçado ou na escola e o cuidado dos filhos e do marido. Era de fato uma tripla jornada.

Essas mulheres cuidavam da casa, “porque era seu papel” ou porque eram viúvas e por isso não tinham com quem dividi as responsabilidades da casa, uma vez que, isso era “coisa de mulher”; trabalhava fora, contribuindo efetivamente com as despesas sustentação da família e

ainda assumiam a direção do sindicato. Porém conscientes das necessidades de cumprir essa tarefa, de se informar e de crescer na formação, os encontros se tornaram espaços de troca de experiências e informação.

“Ele (o marido) trabalhava no roça; eu trabalhava em casa, e trabalhava na roça, sempre sobra mais pra mulher, a mulher camponesa né. [...] cedo a gente levantava, já cuidava de algumas coisas, pras crianças, já deixava tudo arrumado em casa, de oito e meia a gente já saia pra roça [...] se fosse na época da incoivarar , oito e meia a gente já tava lá , se fosse na época de capinar a gente oito e meia já tava lá deixando tudo já preparado , e muita vezes quando a criança mais velha era pequena já tinha que deixar também a comida já iniciada” (Dulcimar) (Grifo meu)

Na fala de Dulcimar fica clara a dupla jornada de trabalho cumprida pelas mulheres: ele trabalha na roça e ela trabalha na casa e na roça.

“Isso era uma bola de neve né,[...] a Morena enquanto mãe, a Morena enquanto sindicalista, a Morena enquanto professora,a Morena enquanto trabalhadora rural , a Morena no sindicato, tinha hora que isso pesava muito né , criava conflitos comigo mesma né, comigo mesma porque aquela coisa, pesava muito,[...] como se eu fizesse um papel duplo né, tinha que está no sindicato, [...] porque tinha momentos que eu chegava a chorar, não agüento mais , vou ter que fugir , eu não vou ficar em sindicato, eu estou me prejudicando, acabando a Morena,[...]por exemplo na questão do também estudante né Margarida? tinha que dá aula com, com filho no colo, lá deitado no, não tinha condição de comprar um carro, um carrinho de bebê, botava, forrava lá um carro de mão desses de carregar [...] lixo qualquer coisa que bote dentro, eu forrava, antes de saí eu lavava ele e forrava com paninho, botava um lençolzinho e botava o menino lá enquanto eu tava aqui dando aula entendeu ? aí um momentinho lá eu tinha que amamentar o menino, tinha que, aí o menino chorava, tornava que, que, que lá novamente acalenta-lo não sabia o que fazer , mas eu tinha que me esforçar e fazer e isso chegou a me trazer uma carga tão pesada que eu tive uma gastrite muito forte, eu tive que pára em Belém né,me internei lá em Belém, fiquei muito ruim lá nas clinicas sobrecarregou a minha pessoa demais, mesmo com maridão bom mas a carga foi como se fosse uma carga elétrica que disparou né, fiquei mau” (Morena) (Grifo meu)

Nesse trecho da fala de Morena destaca-se que o trabalho fora de casa (escola), era uma necessidade financeira da família, relatando que não tinha *condição* sequer de comprar um carrinho de bebe para seu filho, tendo que usar um carrinho de mão. Outro ponto relevante na narrativa é que essas mulheres tiveram problemas sérios de saúde por conta da pesada jornada de trabalho.

“Na parte sindical a gente deixava pro fim de semana, pra visitar os outros companheiros [...] muitas vezes eles participavam das reunião e muitas vezes a gente tinha mesmo que ir lá incentivar o companheiro né.” (Dulcimar)

Dulcimar além de ter influenciado o marido para que ele não desistisse da luta e fosse embora da ocupação, tinha um papel fundamental no estímulo para que outras continuassem na luta.

“A minha vinda pra cá para São Domingos [...] eu fique praticamente [...] pra cuidar dos filhos, do emprego, da casa [...] eu nem sei como foi que eu fiz [...] eu trabalhava 200 horas, trabalho né, [...] de manhã e tarde e, quando a gente criou o sindicato de de São Domingos né, eu fui ser secretária né, [...] tinha muita coisa pra fazer, as vezes eu saía da escola e nem ia em casa né, já ia direto pro lugar onde ficava os livros do sindicato [...] a gente marcava reunião nas hora que dava [...] as vezes nem almoçava [...] eu me lembro que eu registrei, porque houve uma transferência muito grande do sindicato de São João pra São Domingos, então tudo passava por mim e eu lembro que uma vez, eu acho que, acho que fiz dormindo né, registrei muita carteira, uma carteira no livro assim de um numero, de um numero eu já passei pra outro assim, deixando pra trás uns trezentos né, trezentos...e aí tá, tá quando a gente descobriu já tava no meio do livro, aí meu Deus do céu, teve que fazer tudo de novo” (Toinha) (Grifo meu)

Vale ressaltar que embora que a jornada de trabalho fosse grande, provocando muito cansaço, stress, problemas de saúde, essas mulheres mantinha seu compromisso e cumplicidade na organização dos camponês/as como mostra os trechos sublinhados acima

As entrevistas com essas mulheres levanta novas questões para a reflexão, como por exemplo, quanto às questões internas na família, pois, a participação das mulheres no processo de constituição campesina na região se desenrola para além do sindicato, das organizações. O espaço da casa também se tornou um lugar de resistência.

De modo, que a atuação das mulheres não se limitou ao espaço do sindicato, tendo em vista, que são as mulheres principalmente aquelas que não atuam diretamente no movimento sindical, que garantem o andamento da família quando seus companheiros são sindicalistas, viajam para participar de reuniões, assembléias, congressos de trabalhadores/as, encaminhando demandas do grupo.

Como exemplifica a narrativa de outra mulher, nascida no estado do Ceará que migrou pequena com a sua família para o Maranhão de onde partiu rumo ao Pará, D. Maria, de 53 anos, esposa de sindicalista do município de São João do Araguaia, evidenciando que até mesmo quando não integrantes da diretoria de sindicato, delegacias sindicais as mulheres foram e são essenciais para as conquistas camponesas.

A ausência freqüente dos companheiros no cotidiano familiar obriga as mulheres a assumir e dá conta de uma série de obrigações, tendo que se desdobrar para suprir tal ausência, garantindo a dinamização do trabalho reprodutivo e produtivo, como narra Maria:

Cansei de quebra coco, pra sustentar ele no sindicato, eu, eu passava a semana todinha, eu sofria, passava a semana todinha cumadre, eu quebrando coco, quando eu , eu começava segunda feira, eu quebrava segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado eu ia quebrar pra tirar azeite, e fazer a caera, domingo eu levantava cedo pra tirar a caera e quebrar coco pra tirar gongo, [...] pescar os mandi pra mim, pra fazer comida, pra segunda-feira já ta no jeito de novo, era assim...

A fala de Maria é ilustrativa de como as mulheres são fundamentais para luta, não só quando assumem as direções de sindicato como quando asseguram a barra em casa quando seus maridos militam no sindicato.

A luta diária das representações dos trabalhadores/as nas reivindicações e debates sobre as demandas e carências dessa categoria, impossibilita muitos homens sindicalistas de estarem presentes no trabalho no roçado e outras atividades como a caça e a pesca que são elementos importantes na garantia de uma melhor condição alimentar, provocando nesse caso restrições e dificuldades de sustentação da família:

Tinha dia que, de em casa não ter nada, aí eu quebrava coco a semana todinha e botava na casa do patrão lá, e aí quando era no fim de semana comprava um saco de arroz, comprava um saco de arroz [...], e aí passava, e aí passava, é pegando mandi, mas muito mandi mesmo, eu pegava e passava a semana todinha.

A sobrecarga de trabalho e responsabilidade de Maria era muito pesada e dura, sem horários certos ou circunstância de trabalho, pois, tal situação era umas das garantias para a subsistência familiar:

Eu me levantava, eu me levantava 3 h da madrugada, 4 h eu ia pro mato quebrar coco e era longe né,[...], era uma turma de mulher, ia a cumadre Maria que já te morreu, morava lá no, no Marabá, ela, ela, parava o carro, nós entrava no carro e sumia cumadre[...], quando, quando era seis hora, nós chegava, tinha vez de chegar sete hora da noite, teve um dia que eu cheguei, seis hora, quando foi seis hora que eu cheguei, eu tava tão cansada e infadada, que eu sentei na,na junto da porta, escorei assim a cadeira, botei assim, eu não tive nem corage de botar comida pra mim comer.

Fazia tudo isso enquanto o marido estava no sindicato! E Maria tem consciência da sua contribuição:

Eu com uma pança da preta e aí cumadre, quando eu me sentei, eu tinha chegado aquela horinha do mato né, seis hora eu cheguei do mato, de quando eu sentei cumadre, cansada, cansada, aí vaiio aquela dor, aquela dor.... horrível, [...] quando ela (a parteira) chegou eu ganhei a menina, a Preta [...], acho que se eu tivesse demorado mais, eu tinha ganhado o menino no mato[...].Passava aquele dia (pós-parto) e aí passava mais mal né, porque eu, eu que era o braço forte do Nonato era eu, e sustentar ele a andar né. (Grifo meu).

Sendo assim a luta das mulheres camponesas na região, não se simplificava ou resumia na luta por melhores condições de vida, luta pela terra, resistindo contra a opressão e perseguição

por parte dos senhores dos castanhais e fazendeiros, mas também pela construção de novas relações de gênero possibilitando assim o reconhecimento social de sua atuação política, social e econômica.

O não reconhecimento dessa participação é um limite sério da literatura das pesquisas realizadas sobre o campesinato que ocultou a presença das mulheres nos enfrentamentos das situações de sustentação da família sendo também uma dívida da Sociologia Rural e outras áreas do conhecimento não observar esse protagonismo.

Considerações finais

“... Quando ela soube né, conciliar isso, hoje eu sou mãe, [...], eu limpei meu fogão, hoje eu limpei a minha casa, mas eu to lá no sindicato na reunião, to na reunião de mulher, porque eu sou um elemento fundamental [...] essas foram uma das vitórias maior...”:

Através da análise das narrativas das mulheres pode-se perceber que a atuação delas se deu de diversas formas e em diferentes espaços: como lideranças nas ocupações de terra, dirigentes ou delegadas sindicais, animadoras de comunidades ligadas a Igreja, em casa como arrimo de família quando seus maridos precisavam se ausentar por conta de mobilizações, acampamentos dos trabalhadores ou por serem viúvas.

Atuação dessas mulheres se dava articulando a luta pelo o acesso a terra concomitantemente, que pleiteavam a maior inserção das mulheres nas instâncias organizativas como delegacias sindicais, associações, caixas agrícolas bem como pela construção de novas relações de gênero na família e nos espaços organizativos.

No entanto, a inserção nesses espaços se deu no embate direto com os companheiros se dando de forma lenta, dolorosa e árdua: *“os companheiros tratavam a gente como coitadinha, sempre assim como coitadinha, tá li tem que amparar né, porque eu que sou o tal, é a gente encontra isso até hoje, você pode sentir que os companheiros de trabalho sempre têm isso”* (Morena).

O fato das mulheres ocuparem cargos no sindicato não significou no geral, divisão de tarefas nas famílias e no trabalho, essas mulheres continuaram acumulando diversas atividades, convivendo com uma jornada de trabalho muito carregada que acumulava responsabilidades, uma vez que, ao assumirem a luta sindical não deixaram de cumprir as tarefas domésticas

A inserção das mulheres no sindicato possibilitou ações que se direcionava para uma maior sindicalização das outras mulheres camponesas e isso exigiu que o sindicato começasse a pautar demanda das mulheres como crédito e maior inclusão das mulheres nos espaços deliberativos dos movimentos sociais.

As narrativas das mulheres aqui analisadas mostrou que a participação delas foi fundamental mas nenhuma delas assumiu a presidência de STR, estiveram em cargos como secretaria e/ou tesoureira, contribuindo decisivamente na organização dos sindicatos que sempre

foi um espaço hegemonicamente masculino, muito se tinha de resistência a se ter “*um sindicato mandado por mulher*”.

Um outro dado a ser considerado é que embora que as mulheres estivessem na luta cotidiana , pouco se tem registro dessa participação, isso revela a tendência de tomar os homens como referência, relegando a mulher um papel secundário, como reflexo da forma como as relações de gênero se estabelecem na sociedade.

Exemplo disso são os registro de violência contra as mulheres no campo, quantas mulheres foram vitimas nesses conflitos? Sobre isso pouco ou quase nada se sabe “as mulheres vitimas não tem seu nome explicitado e nem sempre são fornecidos maiores elementos sobre sua real condição” (1987:08).

Essa atuação se deu em um momento de forte repressão aos movimentos sociais do campo, tanto homens quanto mulheres se tornaram vitimas da violência latifundiária. Quando fazemos o recorte de gênero a nível de Brasil vê-se que a violência contra as mulheres se deu de forma mais incisiva na região sul e sudeste do Pará, como revelou o relatório do MIRAD, devido ser essas áreas muito disputado pelo capital .

Portanto, no sentido de possibilitar a visualização da atuação das mulheres diante da escassez de referências, o recurso da história oral, da memória, das histórias de vida como uma metodologia de pesquisa possibilitou no caso específico dessa pesquisa, um repensar sobre os papeis desempenhados pelas mulheres nos momentos das ocupações e resistências camponesas, constituiu-se como uma ferramenta importantíssima para compreendermos, nesse caso, a presença das mulheres camponesas nos movimentos sociais ligados a luta pela terra.

Como Observa SHARPE, “espera-se que as páginas precedentes tenham, pelo menos convencido a todos de que a escrita da historia vista de baixo é um projeto que se comprovou extraordinariamente frutífero” (1992: 58), percebendo outros aspectos do que se tem hoje como história, e que de forma significativa muito contribuiu para as reflexões desenvolvida a cerca das dinâmicas do campesinato na região, especialmente a contribuição da relação de gênero na luta pela terra e particularmente o lugar dessa mulheres nessa luta.

Portanto a luta e a conquista da terra pelos posseiros/as dos diversos castanhais dessa região é fruto de uma ação coletiva de homens e mulheres, que conjuntamente garantiram o direito ao acesso a terra e assim assegurando a sua constituição e reprodução social enquanto categoria social importante na construção do desenvolvimento do espaço regional no

protagonismo camponês na configuração dos processos sociais, econômicos e culturais e na reafirmação da agricultura camponesa como modo de produção e vida importante.

As mulheres camponesas no bojo dos enfrentamentos assumiram papéis fundamentais, articulando apoio junto a outras organizações camponesas, instituições públicas e privadas, e assim contribuíram de forma significativa, na luta pela conquista das áreas ocupadas por esse “campesinato de fronteira”. Contando com a contribuição de mulheres como Toinha, Morena, Maria da Metade, Dulcimar, Maria, Creuzimar, Renilde, Maria de Jesus, Raimundinha e diversas outras que estiveram presentes de forma direta, juntas com seus companheiros nos confrontos assumindo a condição de sujeitas dessas lutas.

Por fim é importante registrar que o esforço desse pequeno exercício analítico é também contribuir no entendimento da necessidade dos novos profissionais de ciências sociais, dedicar seu tempo e esforço intelectual para ouvir outras vozes, descondicinando o olhar a ver apenas o convencional, o comum, oficial, se permitindo ver, ouvir e analisar outros elementos importantes que constituem as dinâmicas sociais, possibilitando o estabelecimento de um verdadeiro diálogo academia-sociedade e ainda entre teoria e prática.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELÈM, Auriléia, HÉBETTE; Jean. Assentamentos da reforma agrária na fronteira amazônica, 2004. In HÉBETTE, J. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol.II Belém: EDUFPA, 2004
- ALMEIDA, Rogério. Comunicação pessoal. Belém. Mimeografo. 2008
- AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. DO JIRAU AO GERAL: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil. Dissertação de mestrado, Belém, 2007.
- ASSIS, Willian Santos. A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2007
- BOSI, E. Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffman: A dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel.A dominação masculina revisitada. Campinas-SP: Papyrus, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As faces da memória (org), Coleção Seminários 02. Editora CMU São Paulo, 2003
- CASTRO, Edna. Processos de trabalho e relações de poder no Carajás. In: D'INCAO, Maria Ângela. SILVEIRA, Isolda Maciel.(Org^{as}). Amazônia e a crise da modernização.Belém. Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994 p. 468 e 469.
- CAVALCANTE, Klester Viúvas da Terra, Ed. Planeta São Paulo, 2005
- CARNEIRO, Maria José. Esposa de agricultor na França. In Revistas de Estudos Feministas. Vol 4 N°2, IFCS/UFRJ1996.
- D'INCAO, Maria Conceição. Teoria e pratica no estudo do campesinato paraense. Prefacio. In:HEBETTE,J.MAGAHAES,S.B. MANESCHY,M.C.(orgs).No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato paraense. Belém Pa. Edufpa ,2002.p 09.
- DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. Soc. estado., Sept./Dec. 2005, vol.20, no.3, p.561-584. ISSN 0102-6992.
- EMMI, M. A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém-PA, UFPA/NAEA 1991.
- EMMI, Marília F., MARIN, Rosa Elizabeth A., BENTES, Rosineide da Silva. O Polígono Castanheiro do Tocantins. In: Pará Agrário: informativo da situação fundiária. Castanhais: destruição, violência , indefinições. Belém, IDESP. N°1, Jan/dez de 1987.Edição especial. p. 20.

GUADAGNIN, Irdes , DARON, Vanderleia L. P.A afirmação da cidadania na luta das mulheres trabalhadoras rurais In, MOSER, Cláudio, RECH, Daniel (Orgs) Direitos Humanos no Brasil: Diagnóstico e perspectivas, ed mauad 2003

GUERRA G. A. D. O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém. Dissertação de Mestrado. UFPA / NAEA. 2001.

HALL, Antony. Amazônia desenvolvimento para quem? Ed Jorge Zahar,Rio de Janeiro, 2003.

HEBETTE, J. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In. HEBETTE J., MAGALHÃES, S. B., MANESCHY, M. C. (Orgs.) No rio, no mar e na fronteira: Faces do campesinato no Pará. Pg. 205 a 231. EDUFPA, Belém, 2002.

HEBETTE, Jean; NAVEGANTES, R. da S. (Org.). CAT: ano décimo: etnografia de uma utopia. Belém: Edufpa, 2000.

HÈBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume 3 , Belém Pa . EDUFPA. 2004.p 227 e 228 (verificar)

HEBETTE, Jean, MARIN, Rosa E. Azevedo, Colonização e fronteira: articulação no nível econômico e no nível ideológico. In HÈBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume I.. Belém Pa. EDUFPA. 2004.p 76-77

HÈBETTE, Jean. A colonização na Amazônia brasileira: um modelo para uso interno. In HEBETTE, Jean,. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume II, Belém Pa. EDUFPA. 2004.p 276 e 278

HÈBETTE, Jean A resistência dos posseiros. In HEBETTE, Jean,. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume II, Belém Pa. EDUFPA. 2004.p 192 -194, 286

HEBETTE, Jean, Movimento sindical e ações de desenvolvimento rural na região de marabá. In Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento. Universidade Federal do Pará. Centro agropecuário. Núcleo de Estudos Integrados sobre agricultura familiar. Vol. I, Belém, 2000 pág. 150

HENCHEN, Mario. Comunicação pessoal. Uruará. Mimeografo. 2005)

HENCHEN, Mario. Proposta do Projeto Historia, trajetória, memória e identidade social, Marabá, 2004

KOTSCHO, Ricardo, O massacre dos Posseiros: Conflitos de terra no Araguaia – Tocantins. Jornalivro. Ano II Outubro de 1982, Nº 03. Arquivos do CEPASP

LISBOA, Tereza Kleba. Gênero, classe e etnia: trajetórias de mulheres migrantes. Editora UFSC, Florianópolis, 2003

LOBO, Elisabeth Souza. A questão da mulher na reprodução da reforça de trabalho. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, UNESP, São Paulo V.04, 1981.

LORGUIA, Isabel, DUMOULIN, Jean. A questão da mulher. Caderno do CEAS, nº. 74, 1981.

MARTINS, José Souza. O tempo da fronteira: retorno á controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo 1996 p. 27, 46, 53

MUSUMECI, Leonarda, O Mito da Terra Liberta 1988

PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e Subsolo. Castanhais. Belém IDESP, 1992. Edição especial.p 09,10, 12.

PERROT, Michelle. As mulheres e os silêncios da historia, EDUSC, Florianópolis, 2005

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acessado em 10 de maio de 2008.

POLLACK, Michel. Memória, silencio e esquecimento. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf> . Acessado em 10 de maio de 2008

Relatório da CPT/Brasil. Caderno do CEAS, Nº104 de Julho a Agosto de 1986

Relatório da CPT/Brasil. Caderno do CEAS, Nº98 de Julho a Agosto de 1985

RIAL, Carmen, LAGO, Mara Coelho de Souza and GROSSI, Miriam Pillar. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. Rev. Estud. Fem., Sept./Dec. 2005, vol.13, no.3, p.677-690. ISSN 0104-026X. disponível http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000300013 &script=sci_artex

SCOTT, Joan. A historia das mulheres. In: BURKE, Peter (org). A escrita da historia: Novas perspectivas. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.p.74.

SCOTT, Joan . Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html. Acessado no dia 10 de maio de 2008.

SHARPE, Jim. A historia vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). A escrita da historia: Novas perspectivas. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Maria do Carmo. A mulher trabalhadora rural e a pequena produção”. Trabalho de conclusão de curso de geografia,, Marabá, 1992

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: DIFEL, 1979. p 200.

VELHO, Otavio Guilherme. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar ed.1981 p.108

Violência contra mulheres e menores em conflitos de terra, MIRAD/CNDM, 1987. Arquivos do CEPASP

WOORTMANN, Ellen. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Ed. Universidade de Brasília, 1997